

REDAÇÃO NO ENEM 2016

CARTILHA DO PARTICIPANTE

**DIRETORIA DE AVALIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO BÁSICA
DAEB**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO | MEC

**INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS
EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA | INEP**

DIRETORIA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA | DAEB



**REDAÇÃO
NO ENEM 2016
CARTILHA DO PATICIPANTE**

BRASÍLIA-DF
SETEMBRO/2016

EQUIPE TÉCNICA

Diretoria de Avaliação da Educação Básica (Daeb)

REVISÃO EXTERNA

Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebraspe)

EQUIPE EDITORAÇÃO

Diretoria de Estudos Educacionais (Dired)



Prezado participante,

Nós, do Ministério da Educação (MEC) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), sabemos da importância deste momento para você e sua família: afinal, o Enem é porta de acesso a inúmeras universidades públicas e a importantes programas de Governo, como o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Programa de Financiamento Estudantil (Fies). Com o objetivo de contribuir para seus estudos, elaboramos a *Redação no Enem 2016 – Cartilha do participante*.

Nosso objetivo é tornar o mais transparente possível a metodologia de avaliação da redação, bem como o que se espera do participante em cada uma das competências avaliadas. No sentido de deixar bem claros e exemplificar os critérios utilizados, a equipe da Diretoria de Avaliação da Educação Básica (Daeb) e os especialistas envolvidos na elaboração desta Cartilha selecionaram redações que obtiveram pontuação máxima nas edições do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2013, 2014 e 2015. Essas redações foram comentadas, explicitando os critérios da matriz de referência da Redação do Enem observados pelos participantes. Agradecemos aos autores que permitiram a utilização de suas redações nesta publicação.

Desejamos a você bons estudos e sucesso no Enem 2016!

Presidência do Inep



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
1 MATRIZ DE REFERÊNCIA PARA REDAÇÃO 2016.....	13
1.1 COMPETÊNCIA 1.....	13
1.2 COMPETÊNCIA 2.....	15
1.3 COMPETÊNCIA 3.....	20
1.4 COMPETÊNCIA 4.....	22
1.5 COMPETÊNCIA 5.....	24
2 AMOSTRA DE REDAÇÕES NOTA 1.000.....	27
2.1 REDAÇÕES DO ENEM 2013	28
2.2 REDAÇÕES DO ENEM 2014	39
2.3 REDAÇÕES DO ENEM 2015	48

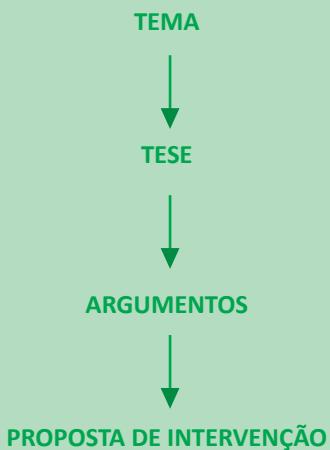


APRESENTAÇÃO

Caro participante,

Você está se preparando para realizar o Enem 2016, constituído de quatro provas objetivas e uma prova de redação.

A prova de redação exigirá de você a produção de um texto em prosa, do tipo dissertativo-argumentativo, sobre um tema de ordem social, científica, cultural ou política. Os aspectos a serem avaliados relacionam-se às competências que devem ter sido desenvolvidas durante os anos de escolaridade. Nessa redação, você deverá defender uma **tese** – uma opinião a respeito do **tema** proposto –, apoiada em **argumentos** consistentes, estruturados com coerência e coesão, formando uma unidade textual. Seu texto deverá ser redigido de acordo com a modalidade escrita formal da Língua Portuguesa. Por fim, você deverá elaborar uma **proposta de intervenção social para o problema apresentado no desenvolvimento do texto** que respeite os direitos humanos.



A seguir vamos esclarecer algumas dúvidas sobre o processo de avaliação:

- **Quem vai avaliar a redação?**

O texto produzido por você será avaliado por, pelo menos, dois professores, de forma independente, sem que um conheça a nota atribuída pelo outro.

- **Como a redação será avaliada?**

Os dois professores avaliarão seu desempenho de acordo com os seguintes critérios:

Competência 1	Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa.
Competência 2	Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa.
Competência 3	Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.
Competência 4	Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação.
Competência 5	Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos.

- **Como será atribuída nota à redação?**

Cada avaliador atribuirá uma nota entre 0 (zero) e 200 pontos para cada uma das cinco competências, e a soma desses pontos comporá a nota total de cada avaliador, que pode chegar a 1.000 pontos. A nota final do participante será a média aritmética das notas totais atribuídas pelos dois avaliadores.

- **O que é considerado discrepância?**

Considera-se discrepância a divergência de notas atribuídas pelos avaliadores quando

- elas diferirem, no total, em mais de 100 pontos; ou
- a diferença for superior a 80 pontos em qualquer uma das competências.

- **Qual a solução para o caso de haver discrepância entre as duas avaliações iniciais?**

- A redação será avaliada, de forma independente, por um terceiro avaliador.
- A nota final será a média aritmética das duas notas totais que mais se aproximarem.



• **E se a discrepância ainda continuar depois da terceira avaliação?**

A redação será avaliada por uma banca presencial composta por três professores, que atribuirá a nota final do participante.

• **Como é observado o Acordo Ortográfico?**

A Competência 1 avalia se o participante domina a modalidade escrita formal da Língua Portuguesa, o que inclui o conhecimento das convenções da escrita, entre as quais se encontram as regras de acentuação gráfica, regidas pelo atual Acordo Ortográfico. Este já está em vigor e deve ser seguido, na escrita formal, por todos, inclusive pelo participante do Enem.

• **Quais as razões para se atribuir nota 0 (zero) a uma redação?**

A redação receberá nota 0 (zero) se apresentar uma das características a seguir:

- fuga total ao tema;
- não obediência à estrutura dissertativo-argumentativa;
- extensão de até 7 linhas;
- cópia de texto motivador;
- impropérios, desenhos e outras formas propositais de anulação;
- parte deliberadamente desconectada do tema proposto;
- desrespeito aos direitos humanos; e
- folha de redação em branco, mesmo que haja texto escrito na folha de rascunho.

• **Como saber se o participante está ferindo os direitos humanos na redação?**

A prova de redação do Enem sempre assinalou que o participante respeitasse os direitos humanos (DH). Em 2013, após a publicação das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos – ocorrida em 2012 –, o próprio edital do Exame tornou obrigatório o respeito aos DH, sob pena de a redação receber nota 0 (zero). Depois dessa determinação, os temas de redação passaram a suscitar maiores discussões sobre o assunto, como ocorreu nas edições de 2014 e 2015.

As redações que feriram os DH no Enem 2014, cujo tema foi **Publicidade infantil em questão no Brasil**, são as que apresentaram propostas com a intenção de tolher a liberdade de expressão da mídia. Foram encontradas outras proposições, como as de tortura e execução sumária para quem abusa de crianças. Nesse Exame, as proposições foram avaliadas com nota zero por ferirem os DH quando também apresentaram sugestões de “acabar com esses bandidos”, “matar todos esses pais

idiotas” e similares. Se o candidato, entretanto, apresentasse um mediador (o governo, as autoridades, as leis, por exemplo), houve o entendimento de garantia, por parte do candidato, do papel de mediador exercido por uma autoridade, fundamental para se considerar que a expressão de uma opinião não fere os DH.

No Enem 2015, com o tema **A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira**, configurou-se como desrespeito aos DH a incitação de qualquer tipo de violência contra a mulher, a formulação de propostas de intervenção pautadas na supremacia de gênero e as propostas que, baseadas na condição feminina, atentaram contra quaisquer aspectos da dignidade da pessoa humana.

Para o desenvolvimento do tema de 2015, proposições de ações discriminatórias ou que atentassem contra a integridade física ou moral de mulheres, ou dos que defendem seus direitos, também foram consideradas desrespeito aos DH, tais como: o cerceamento de livre arbítrio; a desigualdade de remuneração ou de tratamento; a imposição de escolhas religiosas, políticas ou afetivas. Também foram observadas as propostas com conotação de violência, como castigo para comportamentos femininos e as propostas que incitavam violência contra os infratores das leis de proteção à mulher: linchamento público, mutilação, tortura, execução sumária ou privação de liberdade por agentes não legitimados para isso.

Exemplos de propostas que receberam nota 0 (zero) na redação no Enem 2015:

- “ser massacrado na cadeia”;
- “deve sofrer os mesmos danos causados à vítima, não em todas as situações, mas em algumas ou até mesmo a pena de morte”;
- “fazer sofrer da mesma forma a pessoa que comete esse crime”;
- “deveria ser feita a mesma coisa com esses marginais”;
- “as mulheres fazerem justiça com as próprias mãos”;
- “merecem apodrecer na cadeia”;
- “muitos dizem [...] devem ser castrados, seria uma boa ideia”.

Em resumo, na prova de redação do Enem, constituem desrespeito aos DH propostas que incitam a violência, ou seja, propostas nas quais transparece a ação de indivíduos na administração da punição, como as que defendem a “justiça com as próprias mãos” ou a lei do “olho por olho, dente por dente”. Por isso, as propostas de pena de morte ou prisão perpétua para os agressores não caracterizam desrespeito aos DH, por remeterem ao Estado



a administração da punição ao agressor, ou seja, nesse caso, as punições não dependem da decisão individual, caracterizando-se como contratos sociais cujos efeitos todos devem conhecer e respeitar em uma sociedade.

IMPORTANTE!

Para efeito de avaliação e de contagem do mínimo de linhas, a cópia parcial dos textos motivadores ou de questões objetivas do caderno de questões implicará a desconsideração do número de linhas copiadas, sendo válidas somente as que foram produzidas pelo autor do texto.

IMPORTANTE!

Procure escrever sua redação com letra legível, para evitar dúvidas no momento da avaliação. Redação com letra ilegível não poderá ser avaliada.

IMPORTANTE!

O título é um elemento opcional na produção da sua redação e será considerado como linha escrita.

• Como será avaliada a redação de participantes surdos ou com deficiência auditiva?

Serão adotados mecanismos de avaliação coerentes com o aprendizado da Língua Portuguesa como segunda língua, de acordo com o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.

• Como será avaliada a redação de participantes com dislexia?

Serão adotados critérios de avaliação que levem em conta questões linguísticas específicas relacionadas à dislexia.



1 MATRIZ DE REFERÊNCIA PARA REDAÇÃO 2016

Apresentamos, a seguir, o detalhamento das cinco competências a serem avaliadas em sua redação. Nossa objetivo é explicitar os critérios de avaliação, a fim de ajudá-lo a se preparar para o Exame. Tendo em vista que o texto consiste em uma unidade de sentido em que todos os aspectos se inter-relacionam para constituir a textualidade, a separação por competências apenas tem a finalidade de tornar a avaliação mais objetiva.

1.1 COMPETÊNCIA 1

Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa

A primeira competência a ser avaliada em seu texto é o domínio da modalidade escrita formal da língua.

Você já aprendeu que as pessoas não escrevem e falam do mesmo modo, uma vez que são processos diferentes, cada qual com características próprias. Na escrita formal, por exemplo, deve-se evitar, ao relacionar ideias, o emprego repetido de palavras como “e”, “aí”, “dai”, “então”, próprias de um uso mais informal.

Por isso, para atender a essa exigência, você precisa ter consciência da distinção entre a modalidade escrita e a oral, bem como entre registro formal e informal.

Outra diferença entre as duas modalidades diz respeito à constituição das frases. No registro informal, elas são muitas vezes fragmentadas, já que os interlocutores podem

complementar as informações com o contexto em que a interação ocorre, mas, no registro escrito formal, em que esse contexto não está presente, as informações precisam estar completas nas frases.

A entoação, recurso expressivo importante da oralidade, e as pausas, que conferem coerência ao texto, são muitas vezes marcadas, na escrita, pelos sinais de pontuação. Assim, as regras de pontuação assumem também essa função de organização do texto.

Na redação do seu texto, você deve procurar ser claro, objetivo, direto; empregar um vocabulário mais variado e preciso, diferente do que utiliza quando fala; e seguir as regras prescritas pela modalidade escrita formal da Língua Portuguesa. Além disso, o texto dissertativo-argumentativo escrito exige que alguns requisitos básicos sejam atendidos.

Além dos requisitos de ordem textual – como coesão, coerência, sequenciação, informatividade –, há outras exigências para o desenvolvimento do texto dissertativo-argumentativo:

- ausência de marcas de oralidade e de registro informal;
- precisão vocabular;
- obediência às regras de
 - concordância nominal e verbal;
 - regência nominal e verbal;
 - pontuação;
 - flexão de nomes e verbos;
 - colocação de pronomes oblíquos (átonos e tônicos);
 - grafia das palavras (inclusive acentuação gráfica e emprego de letras maiúsculas e minúsculas); e
 - divisão silábica na mudança de linha (translineação).

Os quadros a seguir apresentam os seis níveis de desempenho que serão utilizados para avaliar a Competência 1 nas redações do Enem 2016.

200 pontos	Demonstra excelente domínio da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa e de escolha de registro. Desvios gramaticais ou de convenções da escrita serão aceitos somente como excepcionalidade e quando não caracterizarem reincidência.
160 pontos	Demonstra bom domínio da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa e de escolha de registro, com poucos desvios gramaticais e de convenções da escrita.
120 pontos	Demonstra domínio mediano da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa e de escolha de registro, com alguns desvios gramaticais e de convenções da escrita.
80 pontos	Demonstra domínio insuficiente da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa, com muitos desvios gramaticais, de escolha de registro e de convenções da escrita.
40 pontos	Demonstra domínio precário da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa, de forma sistemática, com diversificados e frequentes desvios gramaticais, de escolha de registro e de convenções da escrita.
0 ponto	Demonstra desconhecimento da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa.

1.2 COMPETÊNCIA 2

Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa

O segundo aspecto a ser avaliado em seu texto é a compreensão da proposta de redação. Ela exige que o participante escreva um texto dissertativo-argumentativo, que é o tipo de texto que demonstra a verdade de uma ideia ou tese. É mais do que uma simples exposição de ideias. Nessa redação, o participante deve evitar elaborar um texto de caráter apenas expositivo. É preciso apresentar um texto que expõe um aspecto relacionado ao tema, defendendo uma posição, uma tese. É dessa forma que se atende às exigências expressas pela competência 2 da Matriz de Avaliação do Enem.

O tema constitui o núcleo das ideias sobre as quais a tese se organiza. Em âmbito mais abrangente, o assunto recebe uma delimitação por meio do tema, ou seja, um assunto pode ser abordado por diferentes temas.

Seguem algumas recomendações:

- ✓ Leia com atenção a proposta de redação e os textos motivadores, para compreender bem o que está sendo solicitado.
- ✓ Evite ficar preso às ideias desenvolvidas nos textos motivadores, porque foram apresentadas apenas para despertar uma reflexão sobre o tema e não para limitar sua criatividade.
- ✓ Não copie trechos dos textos motivadores. Lembre-se de que eles foram apresentados apenas para despertar seus conhecimentos sobre o tema.
- ✓ Reflita sobre o tema proposto para decidir como abordá-lo, qual será seu ponto de vista e como defendê-lo.
- ✓ Reúna todas as ideias que lhe ocorrerem sobre o tema, procurando organizá-las em uma estrutura coerente para usá-las no desenvolvimento do seu texto.
- ✓ Desenvolva o tema de forma consistente para que o leitor possa acompanhar o seu raciocínio facilmente, o que significa que a progressão textual é fluente e articulada com o projeto do texto.
- ✓ Lembre-se de que cada parágrafo deve desenvolver um tópico frasal.
- ✓ Examine, com atenção, a introdução e a conclusão para ver se há coerência entre o início e o fim.

- ✓ Utilize informações de várias áreas do conhecimento, demonstrando que você está atualizado em relação ao que acontece no mundo.
- ✓ Evite recorrer a reflexões previsíveis, que demonstram pouca originalidade no desenvolvimento do tema proposto.
- ✓ Mantenha-se dentro dos limites do tema proposto, tomando cuidado para não se afastar de seu foco. Esse é um dos principais problemas identificados nas redações. Nesse caso, duas situações podem ocorrer: fuga total ao tema ou fuga parcial ao tema.

O tema proposto para o **Enem 2013** foi pautado por um problema social presente no cotidiano dos indivíduos e da sociedade brasileira, em que se mesclam aspectos de saúde pública, educação, segurança, direitos e deveres individuais e coletivos: consumo de bebida alcoólica e direção de veículos. A abordagem proposta concernia à **discussão sobre efeitos da implantação da Lei Seca no Brasil**. A partir dessas palavras-chave destacadas, o participante precisaria considerar fatos, estatísticas, discussões, leis relacionados às consequências da implantação desde 2008, ano em que a lei entrou em vigor. Não se trata de uma discussão acerca de opiniões sobre a lei, dicotomizadas entre a favor ou contra, mas da possibilidade de considerar a ampla gama de aspectos envolvidos na questão. A pergunta que o tema propõe é: a implantação da Lei Seca está surtindo efeitos satisfatórios? Se ainda não está, o que se pode fazer?

No **Enem 2014**, o tema dizia respeito à discussão sobre a **publicidade infantil** e o **questionamento** sobre sua veiculação no Brasil. A partir dessas palavras-chave destacadas, o participante precisaria considerar, com base nos textos motivadores, o contexto posto em discussão (no Texto I) para entender o problema proposto: como o Brasil deve lidar com a veiculação de publicidade voltada às crianças? O Texto II trouxe subsídios para ampliar a reflexão, ao tratar de dados sobre como se dá a publicidade infantil em alguns países do mundo, da autorregulamentação do mercado (como no próprio caso do Brasil) até a proibição total de publicidade voltada a crianças, como no caso de países como Noruega e a província de Québec (Canadá). O Texto III, cuja fonte foi um livro que discute a influência do marketing sobre a criança, era um trecho que apontava para a vulnerabilidade da criança e o papel da educação na formação para um consumo consciente.

A partir desse rol de informações, esperava-se que os textos produzidos se direcionassem para um dos diferentes contextos possíveis, como o contexto legal: discutir a legislação atual, compará-la à de outros países, tomar posição e eventualmente propor alteração legal; ou o contexto de proteção às crianças: com base no entendimento da criança como um ser vulnerável, em formação, altamente influenciável, tomar posição pela regulamentação da publicidade infantil pelo Estado, para proibição ou restrição ou, ainda que aceitando a não interferência do Estado na regulação do setor, defender a importância da família e da

educação para que a criança possa ser preparada para o consumo; o contexto de defesa da liberdade de expressão: com base em um entendimento de que o Estado não deve se envolver com questões de mercado, defender a livre veiculação da publicidade infantil, com ou sem autorregulamentação; o contexto pragmático: analisar a situação da publicidade infantil no Brasil e, a partir dessa perspectiva, propor mudanças ou defender a manutenção do cenário atual.

No **Enem 2015**, a abordagem proposta referia-se à discussão sobre **a persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira**. A partir dessas palavras-chave destacadas, o participante precisaria considerar as várias dimensões do problema contidas nos textos motivadores, por meio, sobretudo, de dados sobre a violência contra a mulher, a fim de decidir sobre o seu direcionamento. Nesse contexto, esperava-se que as redações abordassem o cenário em que se localiza o problema (a sociedade brasileira) e não o tratassesem como assunto novo, mas considerassem as políticas, ações e leis já em curso relacionadas a esse problema, como sugeriram os textos motivadores postos na proposta. O Texto I apresentou um trecho do relatório Mapa da Violência 2012, o qual sintetizou o número de homicídios de mulheres no Brasil entre os anos de 1980 e 2010. O Texto II trouxe subsídios para ampliar a reflexão sobre a violência contra a mulher ao apresentar um gráfico com um balanço sobre os tipos de violência relatados pelas mulheres na Central de Atendimento à Mulher ao longo do ano de 2014. O Texto III foi um cartaz que abordava a questão do feminicídio (Lei nº 13.104, de 09/03/2015), por meio de um pedido de combate à violência contra a mulher. O Texto IV foi um infográfico com informações em números referentes ao impacto da Lei Maria da Penha.

A partir desse rol de informações, esperava-se que, no Enem 2015, os textos produzidos se direcionassem para um determinado contexto, como o contexto legal: discutir os pontos de fragilidade e/ou aspectos positivos existentes na execução da legislação atual (feminicídio, Lei Maria da Penha) acerca da violência contra a mulher; ou o contexto de proteção às mulheres por meio de políticas públicas: enfatizar a necessidade de proteção às mulheres como uma realidade brasileira urgente e inegável, problematizando a discussão de políticas públicas e sua efetividade; ou o contexto de ação da sociedade civil e/ou entidades não governamentais: discutir políticas pela igualdade de gênero e empoderamento das mulheres, sob um viés mais sociológico, problematizando a herança da cultura patriarcal na sociedade brasileira e as lutas feministas; o contexto de mudança cultural: transformar valores culturais com relação à equidade de gênero; o contexto da ação individual: demonstrar que qualquer mudança de atitude e de comportamento tem origem no indivíduo como membro de uma coletividade.

• O que é tangenciar o tema?

Considera-se tangenciamento ao tema uma abordagem parcial, realizada somente nos limites do assunto mais amplo a que o tema está vinculado, que deixa em segundo plano a discussão em torno do eixo temático objetivamente proposto.

No Enem 2013, algumas redações se limitaram a desenvolver o tema apenas nos limites dos **assuntos mais amplos**, sem abordar o recorte temático solicitado – os efeitos da implantação da Lei Seca no Brasil. O **tangenciamento** configurou-se como a abordagem de **assunto** relacionado ao tema, como: discutir a Lei Seca sem considerar seus efeitos; tratar exclusivamente das causas da Lei Seca; tratar da relação entre ingestão de álcool e direção (mesmo sem menção à Lei Seca, já que ela, nesse caso, está implícita), como alcoolismo no trânsito, tratamento do motorista alcoolizado ou leis de trânsito para motoristas alcoolizados.

No Enem 2014, configurou-se como **tangenciamento** ao tema o encaminhamento de assunto relacionado ao tema, como: trabalho infantil no campo da publicidade; erotização da infância no campo da publicidade; influência da publicidade na vida da sociedade em geral.

No Enem 2015, configurou-se como **tangenciamento** ao tema o tratamento apenas de assunto relacionado ao tema, como: a discussão de leis ou outros instrumentos legais, a exemplo das leis Maria da Penha e do Feminicídio, sem relacioná-los ao cenário da persistência da violência contra as mulheres.

• **O que é fuga ao tema?**

Enquadra-se nessa classificação a redação na qual nem o tema nem o assunto mais amplo relacionado ao tema são desenvolvidos.

No **Enem 2013**, recebeu a rubrica de fuga ao tema a redação que tratou, por exemplo, exclusivamente, do problema de segurança no trânsito; da ingestão de álcool, sem associá-la às leis de trânsito ou à Lei Seca.

No **Enem 2014**, incorreu em fuga ao tema a redação que tratou, por exemplo, exclusivamente, de consumismo; publicidade; infância; liberdade de expressão; exploração sexual infantil; ou trabalho infantil.

No **Enem 2015**, da mesma forma, incorreu em fuga ao tema a redação que tratou, por exemplo, exclusivamente, de violência, sem mencionar o recorte de gênero “contra a mulher”; da violência contra a mulher em diferentes países sem mencionar o Brasil (exceto quando nada é dito sobre o lugar, mas infere-se que se trata do Brasil); da violência feminina, praticada pelas mulheres contra os homens; de feminismo/machismo, abordando apenas o movimento; do papel da mulher na sociedade/família, sem abordar a questão da violência contra a mulher na sociedade brasileira.

• O que é não atender ao tipo textual?

Não atende ao tipo textual a redação que esteja predominantemente fora do padrão dissertativo-argumentativo, sem apresentar quaisquer indícios de caráter dissertativo (explicações, exemplificações, análises ou interpretações de aspectos dentro da temática solicitada) ou de caráter argumentativo (defesa ou refutação de ideias dentro da temática solicitada).

• O que é um texto dissertativo-argumentativo?

O texto dissertativo-argumentativo é um texto que se organiza na defesa de um ponto de vista sobre determinado assunto. É fundamentado com argumentos, para influenciar a opinião do leitor ou ouvinte, tentando convencê-lo de que a ideia defendida está correta. É preciso, portanto, expor e explicar ideias. Daí sua dupla natureza: é argumentativo porque defende uma tese, uma opinião, e é dissertativo porque são utilizadas explicações para justificá-la.

Seu objetivo é, em última análise, convencer ou tentar convencer o leitor pela apresentação de razões e pela evidência de provas, à luz de um raciocínio coerente e consistente.

A sua redação atenderá às exigências de elaboração de um texto dissertativo-argumentativo se combinar os dois princípios de estruturação:

I – Apresentar uma tese, desenvolver justificativas para comprová-la e uma conclusão que dê fecho à discussão elaborada no texto, compondo o processo argumentativo.	<p>TESE – É a ideia que você vai defender no seu texto. Ela deve estar relacionada ao tema e deve estar apoiada em argumentos ao longo da redação.</p> <p>ARGUMENTOS – É a justificativa para convencer o leitor a concordar com a tese defendida. Cada argumento deve responder à pergunta “por quê?” em relação à tese defendida.</p>
II – Utilizar estratégias argumentativas para expor o problema discutido no texto e detalhar os argumentos utilizados.	<p>ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS – São recursos utilizados para desenvolver os argumentos, de modo a convencer o leitor:</p> <ul style="list-style-type: none">• exemplos;• dados estatísticos;• pesquisas;• fatos comprováveis;• citações ou depoimentos de pessoas especializadas no assunto;• pequenas narrativas ilustrativas;• alusões históricas; e• comparações entre fatos, situações, épocas ou lugares distintos.

ATENÇÃO!

Será atribuída nota 0 (zero) à redação que não obedecer a estrutura dissertativo-argumentativa, mesmo que atenda às exigências dos outros critérios de avaliação. Você não deve, portanto, elaborar um poema ou reduzir seu texto à narração de uma história ou a um depoimento de experiência pessoal. No processo argumentativo, você poderá dar exemplos de acontecimentos que justifiquem a tese, mas o texto não pode se reduzir a uma narração, por esta não apresentar a estrutura de organização textual solicitada.

Os quadros a seguir apresentam os seis níveis de desempenho que serão utilizados para avaliar a Competência 2 nas redações do Enem 2016.

200 pontos	Desenvolve o tema por meio de argumentação consistente, a partir de um repertório sociocultural produtivo e apresenta excelente domínio do texto dissertativo-argumentativo.
160 pontos	Desenvolve o tema por meio de argumentação consistente e apresenta bom domínio do texto dissertativo-argumentativo, com proposição, argumentação e conclusão.
120 pontos	Desenvolve o tema por meio de argumentação previsível e apresenta domínio mediano do texto dissertativo-argumentativo, com proposição, argumentação e conclusão.
80 pontos	Desenvolve o tema recorrendo à cópia de trechos dos textos motivadores ou apresenta domínio insuficiente do texto dissertativo-argumentativo, não atendendo à estrutura com proposição, argumentação e conclusão.
40 pontos	Apresenta o assunto, tangenciando o tema, ou demonstra domínio precário do texto dissertativo-argumentativo, com traços constantes de outros tipos textuais.
0 ponto	Fuga ao tema/não atendimento à estrutura dissertativo-argumentativa. Nestes casos a redação recebe nota 0 (zero) e é anulada.

1.3 COMPETÊNCIA 3

Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista

O terceiro aspecto a ser avaliado em seu texto é a forma como você, em seu texto, seleciona, relaciona, organiza e interpreta informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa do ponto de vista defendido como tese. É preciso elaborar um texto que apresente,



claramente, uma ideia a ser defendida e argumentos que justifiquem a posição assumida por você em relação à temática da proposta de redação.

Essa competência trata da inteligibilidade do seu texto, ou seja, de sua coerência, da plausibilidade entre as ideias apresentadas.

A inteligibilidade de sua redação depende, portanto, dos seguintes fatores:

- relação de sentido entre as partes do texto;
- precisão vocabular;
- seleção de argumentos;
- progressão temática adequada ao desenvolvimento do tema, revelando que a redação foi planejada e que as ideias desenvolvidas são pouco a pouco apresentadas, em uma ordem lógica; e
- adequação entre o conteúdo do texto e o mundo real.

• O que é coerência?

A coerência se estabelece com base nas ideias apresentadas no texto e nos conhecimentos dos interlocutores, garantindo a construção do sentido de acordo com as expectativas do leitor. Está, pois, ligada à compreensão, à possibilidade de interpretação dos sentidos do texto. O leitor poderá “processar” esse texto e refletir a respeito das ideias nele contidas; pode, em resposta, reagir de maneiras diversas: aceitar, recusar, questionar, até mesmo mudar seu comportamento em face das ideias do autor, compartilhando ou não de sua opinião.

Resumindo: na organização do texto dissertativo-argumentativo, você deve procurar atender às seguintes exigências:

- apresentação clara da tese e seleção dos argumentos que a sustentam;
- encadeamento das ideias, de modo que cada parágrafo apresente informações novas, coerentes com o que foi apresentado anteriormente, sem repetições ou saltos temáticos;
- congruência entre as informações do texto e a realidade; e
- precisão vocabular.

Os quadros a seguir apresentam os seis níveis de desempenho que serão utilizados para avaliar a Competência 3 nas redações do Enem 2016:

200 pontos	Apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema proposto, de forma consistente e organizada, configurando autoria, em defesa de um ponto de vista.
160 pontos	Apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema, de forma organizada, com indícios de autoria, em defesa de um ponto de vista.

120 pontos	Apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema, limitados aos argumentos dos textos motivadores e pouco organizados, em defesa de um ponto de vista.
80 pontos	Apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema, mas desorganizados ou contraditórios e limitados aos argumentos dos textos motivadores, em defesa de um ponto de vista.
40 pontos	Apresenta informações, fatos e opiniões pouco relacionados ao tema ou incoerentes e sem defesa de um ponto de vista.
0 ponto	Apresenta informações, fatos e opiniões não relacionados ao tema e sem defesa de um ponto de vista.

1.4 COMPETÊNCIA 4

Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação

Os aspectos a serem avaliados nesta competência dizem respeito à estruturação lógica e formal entre as partes da redação. A organização textual exige que as frases e os parágrafos estabeleçam entre si uma relação que garanta a sequenciação coerente do texto e a interdependência das ideias. Esse encadeamento pode ser expresso por conjunções, por determinadas palavras, ou pode ser inferido a partir da articulação dessas ideias. Preposições, conjunções, advérbios e locuções adverbiais são responsáveis pela coesão do texto, porque estabelecem inter-relação de orações, frases e parágrafos. Cada parágrafo será composto de um ou mais períodos também articulados; cada ideia nova precisa estabelecer relação com as anteriores.

Assim, na produção da sua redação, você deve utilizar variados recursos linguísticos que garantam as relações de continuidade essenciais à elaboração de um texto coeso. Na avaliação dessa competência, será considerado o seguinte aspecto:

- **Encadeamento textual**

Para garantir a coesão textual, devem ser observados determinados princípios em diferentes níveis:

- Estruturação dos parágrafos: Um parágrafo é uma unidade textual formada por uma ideia principal à qual se ligam ideias secundárias. No texto dissertativo-argumentativo, os parágrafos podem ser desenvolvidos por comparação, por causa-consequência,

por exemplificação, por detalhamento, entre outras possibilidades. Deve haver uma articulação entre um parágrafo e outro.

- Estruturação dos períodos: Pela própria especificidade do texto dissertativo-argumentativo, os períodos do texto são, normalmente, estruturados de forma complexa, formados por duas ou mais orações, para que se possam expressar as ideias de causa-consequência, contradição, temporalidade, comparação, conclusão, entre outras.
- Referenciação: As referências a pessoas, coisas, lugares, fatos são introduzidas e, depois, retomadas, à medida que o texto vai progredindo. Esse processo pode ser expresso por pronomes, advérbios, artigos ou vocábulos de base lexical, estabelecendo relações de sinonímia, antônima, hiponímia, hiperonímia, uso de expressões resumitivas, expressões metafóricas ou expressões metadiscursivas.

RECOMENDAÇÕES

Procure utilizar as seguintes estratégias de coesão para se referir a elementos que já apareceram anteriormente no texto:

- a) substituição de termos ou expressões por pronomes pessoais, possessivos e demonstrativos, advérbios que indicam localização, artigos;
- b) substituição de termos ou expressões por sinônimos, antônimos, hipônimos, hiperônimos, expressões resumitivas ou expressões metafóricas;
- c) substituição de substantivos, verbos, períodos ou fragmentos do texto por conectivos ou expressões que resumam e retomem o que já foi dito; e
- d) elipse ou omissão de elementos que já tenham sido citados anteriormente ou sejam facilmente identificáveis.

Resumindo: na elaboração da redação, você deve, pois, evitar:

- frases fragmentadas que comprometam a estrutura lógico-gramatical;
- sequência justaposta de ideias sem encaixamentos sintáticos, reproduzindo usos típicos da oralidade;
- frase com apenas oração subordinada, sem oração principal;
- emprego equivocado de conector (preposição, conjunção, pronome relativo, alguns advérbios e locuções adverbiais) que não estabeleça relação lógica entre dois trechos do texto e prejudique a compreensão da mensagem;

- emprego do pronome relativo sem a preposição, quando obrigatória; e
- repetição ou substituição inadequada de palavras, sem empregar os recursos oferecidos pela língua (pronome, advérbio, artigo, sinônimo).

Os quadros a seguir apresentam os seis níveis de desempenho que serão utilizados para avaliar a Competência 4 nas redações do Enem 2016.

200 pontos	Articula bem as partes do texto e apresenta repertório diversificado de recursos coesivos.
160 pontos	Articula as partes do texto com poucas inadequações e apresenta repertório diversificado de recursos coesivos.
120 pontos	Articula as partes do texto, de forma mediana, com inadequações, e apresenta repertório pouco diversificado de recursos coesivos.
80 pontos	Articula as partes do texto, de forma insuficiente, com muitas inadequações e apresenta repertório limitado de recursos coesivos.
40 pontos	Articula as partes do texto de forma precária.
0 pontos	Não articula as informações.

1.5 COMPETÊNCIA 5

Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos

O quinto aspecto a ser avaliado em seu texto é a apresentação de proposta de intervenção para o problema abordado. Por isso, a sua redação, além de apresentar uma tese sobre o tema, apoiada em argumentos consistentes, deve oferecer uma proposta de intervenção na vida social. Essa proposta deve considerar os pontos abordados na argumentação. A proposta deve manter um vínculo direto com a tese desenvolvida no texto e demonstrar coerência com os argumentos utilizados, já que expressa a sua visão, como autor, das possíveis soluções para a questão discutida.

A proposta de intervenção precisa ser detalhada; deve conter, portanto, a exposição da intervenção sugerida e o detalhamento dos meios para realizá-la.

Deve refletir os conhecimentos de mundo de quem a redige, de modo que a coerência da argumentação será um dos aspectos decisivos no processo de avaliação. É necessário respeitar os direitos humanos, não romper com valores como cidadania, liberdade, solidariedade e diversidade cultural.



Ao redigir seu texto, procure evitar propostas vagas, gerais; busque propostas mais concretas, específicas, consistentes com o desenvolvimento de suas ideias. Antes de elaborar sua proposta, procure responder às seguintes perguntas: O que é possível apresentar como proposta de intervenção na vida social? Como viabilizar essa proposta?

Seu texto será avaliado, portanto, com base na combinação dos seguintes critérios:

- a) presença de proposta x ausência de proposta; e
- b) proposta com detalhamento dos meios para sua realização x proposta sem o detalhamento dos meios para sua realização.

Os quadros a seguir apresentam os seis níveis de desempenho que serão utilizados para avaliar a Competência 5 nas redações do Enem 2016.

200 pontos	Elabora muito bem proposta de intervenção, de forma detalhada, relacionada ao tema e articulada à discussão desenvolvida no texto.
160 pontos	Elabora bem proposta de intervenção relacionada ao tema e articulada à discussão desenvolvida no texto.
120 pontos	Elabora, de forma mediana, proposta de intervenção relacionada ao tema e articulada à discussão desenvolvida no texto.
80 pontos	Elabora, de forma insuficiente, proposta de intervenção relacionada ao tema, ou proposta não articulada com a discussão desenvolvida no texto.
40 pontos	Apresenta proposta de intervenção vaga ou apenas citada, precária ou relacionada apenas ao assunto.
0 ponto	Não apresenta proposta de intervenção ou apresenta proposta não relacionada ao tema ou ao assunto.

RECOMENDAÇÕES

Para alcançar bom desempenho, você deve fazer, antes de escrever sua redação, uma leitura cuidadosa da proposta apresentada, dos textos motivadores e das instruções, a fim de que possa compreender perfeitamente o que está sendo solicitado.

A proposta de **tema** de redação vem sempre acompanhada de **textos motivadores**. Em geral, são textos em linguagem verbal e em linguagem não verbal (imagem), que remetem ao tema proposto, a fim de orientar sua reflexão.

Assim, para elaborar uma redação de qualidade, você deve seguir as seguintes recomendações:

- a) ler com bastante atenção o tema proposto e observar a tipologia textual exigida (texto dissertativo-argumentativo);
- b) ler os textos motivadores, observando as palavras ou os fragmentos que indicam o posicionamento dos autores;
- c) identificar, em cada texto motivador, se for o caso, a tese e os argumentos apresentados pelos autores para defender seu ponto de vista;
- d) refletir sobre o posicionamento dos autores dos textos motivadores; e
- e) ler atentamente as instruções apresentadas após os textos motivadores.

As propostas de redação das edições do Enem de 2013, 2014 e 2015 mantiveram o formato dos anos anteriores: redigir um texto dissertativo-argumentativo, segundo a modalidade escrita formal da Língua Portuguesa, sobre um determinado tema:

- a) **Tema proposto em 2013:** Efeitos da implantação da Lei Seca no Brasil
Tema proposto em 2014: Publicidade infantil em questão no Brasil
Tema proposto em 2015: A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira
- b) **Tipologia textual:** texto dissertativo-argumentativo. Nessas edições, com base na situação-problema proposta, o participante deveria expressar sua opinião, ou seja, apresentar uma tese. Para tanto, poderia inspirar-se nos textos motivadores, mas sem copiá-los, pois devem ser entendidos como instrumentos de fomento de ideias, para que cada um possa construir seu próprio ponto de vista. No desenvolvimento da redação, o participante deveria apresentar argumentos e fatos em defesa de seu ponto de vista, inter-relacionados, com coesão e coerência.
- c) O texto deveria ser redigido de acordo com a **modalidade escrita formal da Língua Portuguesa**. Assim, o participante deveria estar atento à estrutura dos períodos, à concordância e à regência nominal e verbal; ao emprego convencional das letras na grafia das palavras, à acentuação gráfica, à pontuação e à adequação vocabular. Em suma, era necessário demonstrar domínio do código escrito.
- d) O **texto definitivo** deveria ser escrito a tinta, na folha própria, em até 30 linhas.
- e) A redação com até 7 linhas foi considerada “insuficiente”, recebendo nota 0 (zero).
- f) Também foi atribuída nota 0 (zero) à redação que fugiu ao tema ou à tipologia textual – texto dissertativo-argumentativo –, que desrespeitou o Exame ou, ainda, que apresentou proposta de intervenção em desrespeito aos direitos humanos.





2 AMOSTRA DE REDAÇÕES NOTA 1.000

Foram selecionadas e comentadas para esta Cartilha algumas redações que receberam a pontuação máxima – 1.000 pontos – nas edições do Enem de 2013, 2014 e 2015 por terem cumprido todas as exigências relativas às cinco competências.

Esses textos contêm uma proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos (Competência 5); apresentam as características textuais fundamentais, como o estabelecimento de coesão, coerência, informatividade, sequenciação, entre outras (Competências 2, 3 e 4); e demonstram domínio da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa (Competência 1). Este domínio pode ser comprovado pelo cumprimento das convenções de grafia e acentuação das palavras; das regras de concordância nominal e verbal; das regras de regência, tanto nominal quanto verbal; dos princípios de organização frasal e de pontuação; das regras de flexão nominal e verbal; e pela utilização de vocabulário apropriado ao registro formal do texto dissertativo-argumentativo. Desvios gramaticais ou de convenções da escrita foram aceitos somente como excepcionalidade e quando não caracterizaram reincidência.

Seguem as propostas de redação e as redações nota 1.000 com seus respectivos comentários.

2.1 REDAÇÕES DO ENEM 2013



PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo na modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “Efeitos da implantação da Lei Seca no Brasil”, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relate, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Qual o objetivo da “Lei Seca ao volante”?

De acordo com a Associação Brasileira de Medicina de Trânsito (Abramet), a utilização de bebidas alcoólicas é responsável por 30% dos acidentes de trânsito. E metade das mortes, segundo o Ministério da Saúde, está relacionada ao uso do álcool por motoristas. Diante deste cenário preocupante, a Lei 11.705/2008 surgiu com uma enorme missão: alertar a sociedade para os perigos do álcool associado à direção.

Para estancar a tendência de crescimento de mortes no trânsito, era necessária uma ação enérgica. E coube ao Governo Federal o primeiro passo, desde a proposta da nova legislação à aquisição de milhares de etilômetros. Mas para que todos ganhem, é indispensável a participação de estados, municípios e sociedade em geral. Porque para atingir o bem comum, o desafio deve ser de todos.

Disponível em: www.dprf.gov.br. Acesso em: 20 jun. 2013.



Disponível em: www.brasil.gov.br. Acesso em: 20 jun. 2013.



Disponível em: www.operacaolescarj.rj.gov.br. Acesso em: 20 jun. 2013 (adaptado).

Repulsão magnética a beber e dirigir

A lei da física que comprova que dois polos opostos se atraem em um campo magnético é um dos conceitos mais populares desse ramo do conhecimento. Tulipas de chope e bolachas de papelão não servem, em condições normais, como objetos de experimento para confirmar essa proposta. A ideia de uma agência de comunicação em Belo Horizonte foi bem simples. Ímãs foram inseridos em bolachas utilizadas para descansar os copos, de forma imperceptível para o consumidor. Em cada lado, há uma opção para o cliente: *dirigir ou chamar um táxi* depois de beber. Ao mesmo tempo, tulipas de chope também receberam pequenos pedaços de metal mascarados com uma pequena rodelinha de papel na base do copo. Durante um fim de semana, todas as bebidas servidas passaram a pregar uma peça no cliente. Ao tentar descansar seu copo com a opção *dirigir* virada para cima, os ímãs apresentavam a mesma polaridade e, portanto, causando repulsão, fazendo com que o descanso fugisse do copo; se estivesse virada mostrando o lado com o desenho de um táxi, ela rapidamente grudava na base do copo. A ideia surgiu da necessidade de passar a mensagem de uma forma leve e no exato momento do consumo.

Disponível em: www.operacaolescarj.rj.gov.br. Acesso em: 20 jun. 2013 (adaptado).

INSTRUÇÕES:

- O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
- O texto definitivo deve ser escrito à tinta, na folha própria, em até 30 linhas.
- A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.

Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:

- tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada “insuficiente”.
- fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo.
- apresentar proposta de intervenção que desrespeite os direitos humanos.
- apresentar parte do texto deliberadamente desconectada com o tema proposto.

Sucesso absoluto

Historicamente causadores de inúmeras vítimas, os acidentes de trânsito vêm ocorrendo com frequência cada vez menor, no Brasil. Essa redução se deve, principalmente, à implantação da Lei Seca ao longo de todo o território nacional, diminuindo a quantidade de motoristas que dirigem após terem ingerido bebida alcoólica. A maior fiscalização, aliada à imposição de rígidos limites e à conscientização da população, permitiu que tal alteração fosse possível.

As estatísticas explicitam a queda brusca na ocorrência de óbitos decorrentes de acidentes de trânsito depois da entrada da Lei Seca em vigor. A proibição absoluta do consumo de álcool antes de se dirigir e a existência de diversos pontos de fiscalização espalhados pelo país tornaram menores as tentativas de burlar o sistema. Dessa forma, em vez de fugirem dos bafômetros e dos policiais, os motoristas deixam de beber e, com isso, mantêm-se aptos a dirigir sem que transgridam a lei.

Outro aspecto de suma relevância para essa mudança foi a definição de limites extremamente baixos para o nível de álcool no sangue, próximos de zero. Isso fez com que acabasse a crença de que um copo não causa qualquer diferença nos reflexos e nas reações do indivíduo e que, portanto, não haveria problema em consumir doses pequenas. A capacidade de julgamento de cada pessoa, outrora usada como teste, passou a não mais sé-lo e, logo, todos têm que respeitar os mesmos índices independentemente do que consideram certo para si.

Entretanto, nenhuma melhoria seria possível sem a realização de um amplo programa de conscientização. A veiculação de diversas propagandas do governo que alertavam sobre os perigos da direção sob qualquer estado de embriaguez foi importantíssima na percepção individual das mudanças necessárias. Isso fez com que cada pessoa passasse a saber os riscos que infligia a si e a todos à sua volta quando bebia e dirigia, amenizando a obrigatoriedade de haver um controle severo das forças policiais.

É inegável a eficiência da Lei Seca em todas as suas propostas, formando uma geração mais consciente e protegendo os cidadãos brasileiros. Para torná-la ainda mais eficaz, uma ação válida seria o incremento da frota de transportes coletivos em todo o país, especialmente à noite, para que cada um consuma o que deseja e volte para casa em segurança. Além disso, durante um breve período, a fiscalização poderia ser fortalecida, buscando convencer motoristas que ainda tentam burlar o Estado. O panorama atual já é extremamente animador e as projeções, ainda melhores, porém apenas com a ação conjunta de povo e governo será alcançada a perfeição.

Comentários

O texto demonstra que o participante tem **excelente domínio da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa** e de escolha de registro. Não há erros gramaticais ou de convenções da escrita, e a redação organiza-se em cinco parágrafos bem construídos e bem articulados entre si.

O participante desenvolve o tema por meio de **argumentação consistente**, com base em um repertório sociocultural produtivo, e apresenta excelente **domínio do texto dissertativo-argumentativo**, ou seja, em seu texto, o tema é desenvolvido de modo consistente e autoral, por meio do acesso a outras áreas do conhecimento, com progressão fluente e articulada ao projeto do texto.

A tese desenvolvida é a de que o advento da Lei Seca proporcionou uma sensível redução dos acidentes com vítimas, além de o motorista estar mais consciente em relação ao perigo de dirigir alcoolizado. Isso ocorreu principalmente em virtude da rigidez da Lei e de sua ampla divulgação.

Em defesa de seu ponto de vista, o texto apresenta informações relacionadas às consequências positivas da implantação da Lei Seca, de forma consistente e organizada, configurando autoria.

O participante articula bem as ideias, os argumentos, as partes do texto e apresenta, sem inadequações, **repertório diversificado de recursos coesivos**, tais como: “Essa redução” (1º parágrafo); “Dessa forma” (2º parágrafo); “Outro aspecto”, “Isso fez” (3º parágrafo); “Entretanto” (4º parágrafo); “Para torná-la”, “Além disso” (5º parágrafo).

A redação apresenta encadeamento entre as ideias e demonstra competência em **selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos e argumentos em defesa de um ponto de vista**: o tema é desenvolvido de forma coerente, os argumentos selecionados são consistentes e a conclusão é relacionada ao ponto de vista adotado.

Mesmo considerando os efeitos positivos da implantação da Lei Seca, o participante considera que é necessário torná-la mais eficaz por meio de **excelente proposta de intervenção que respeita os direitos humanos**: incremento dos transportes coletivos e maior fiscalização, em ação conjunta. Trata-se de redação cuja proposta de intervenção é abrangente, bem elaborada e bem detalhada, além de ser relacionada ao tema e resultante da discussão desenvolvida no texto.

Redação de **SARAH CHRISTYAN DE LUNA MELO**

Escola pública de Jaboatão dos Guararapes – PE

Construindo uma dinâmica mais ética do trânsito no Brasil

Com a ascensão de Juscelino Kubitschek ao poder, a política de abertura da economia brasileira entrou em ação mais vigorosamente do que em qualquer outro episódio da história do Brasil. Nesse cenário, a entrada de automóveis no Brasil como produtos de consumo foi cada vez maior. No entanto, o governo não tomou como prioridade a fiscalização das estradas do país e uma prática nociva tornou-se comum: beber e dirigir. Recentemente, o governo implantou a Lei Seca, visando diminuir os efeitos dessa prática. Nesse contexto, cabe analisar os aspectos positivos da aplicação dessa Lei, e como ela pode ser melhorada.

Em função da implantação da Lei Seca, segundo pesquisas da UFRJ, os números de acidentes fatais no trânsito relacionados ao alcoolismo caíram drasticamente desde o começo de 2013. Devido a essa evidência a tese de Thomas Hobbes – “a intervenção estatal é necessária, como forma de proteger os cidadãos de maneira eficaz” – é corroborada. Nesse caso, por meio da Lei Seca, através do exame do bafômetro e da aplicação de multas a motoristas alcoolizados, a intervenção protegeu a população de maneira vital: salvou milhares de vidas.

Ademais, uma questão muito subjetiva é tratada e trabalhada pela nova legislação: a empatia. É muito presente, ao longo da história das civilizações, a ocorrência de casos nos quais alguns decretos e leis contribuíram na construção de uma sociedade mais ética e virtuosa. Em decorrência disso, a implantação e a propaganda da Lei Seca, ao estimularem o motorista a não beber antes de dirigir, podem também levá-lo a pesar as consequências de seus atos: desrespeitar a lei, nessa situação, pode custar a vida de outrem. Assim, acidentes advindos do alcoolismo no trânsito poderão ser evitados, não só pelo medo da punição, mas também pela via da consciência ética.

Destarte, fica claro que a Lei Seca ajuda tanto regulamentação do trânsito, quanto na formação moral do cidadão brasileiro. No entanto, a forma de tratar os que desrespeitam a lei pode ser mudada. Ao invés de aplicação de multas, o governo federal poderia buscar parcerias com ONGs interessadas e implantar um programa de reeducação social para os infratores. Cursos de conscientização, aliados a trabalho voluntário em comunidades carentes poderiam servir como orientação pedagógica para quem costuma beber e dirigir. Assim o trânsito no Brasil poderá tomar as formas de uma dinâmica mais ética e segura para todos.

Comentários

O texto demonstra que a participante tem excelente **domínio da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa** e não apresenta problemas linguísticos, a não ser a ocorrência de um desvio ortográfico em “alcolismo” (2º parágrafo) e a falta de uma vírgula na oração intercalada em “Cursos de conscientização, aliados a trabalho voluntário em comunidades carentes poderiam servir como orientação pedagógica [...]” (4º parágrafo). Nota-se a falta de preposição aglutinada com artigo antes de “regulamentação”, o que se configura como descuido da participante, que demonstra aplicar corretamente a regência do verbo na sequência “ajuda tanto regulamentação do trânsito, quanto na formação moral do cidadão brasileiro” (4º parágrafo). Como se trata de ocorrências excepcionais sem reincidência, a redação recebeu nota 1.000. Demonstra também que a proposta de redação foi compreendida e que o tema foi desenvolvido satisfatoriamente dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo. O texto é objetivo e impessoal. A redação organiza-se em quatro parágrafos bem organizados.

A participante **introduz o tema**, afirmando que a valorização do transporte rodoviário, que veio na era juscelinista, não foi acompanhada de fiscalização rígida dos motoristas que dirigem alcoolizados, providência que foi tomada apenas com a Lei Seca. Com ela, diz o texto, o número de acidentes diminuiu.

O texto **desenvolve o tema** por meio de argumentação consistente, fluente e articulada ao seu projeto de texto, a partir de um repertório sociocultural produtivo, por meio do acesso a outras áreas do conhecimento, como a citação de Thomas Hobbes para justificar a intervenção do Estado para proteger o cidadão.

Ao desenvolver o tema, a redação apresenta encadeamento entre as ideias, e a participante demonstra competência **em selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos e argumentos em defesa de um ponto de vista**: o tema é desenvolvido de forma coerente, os argumentos selecionados são consistentes e a conclusão é relacionada ao ponto de vista adotado, configurando independência de pensamento e autoria.

O emprego de elementos coesivos torna o texto bem articulado e garante a sua continuidade, revelando **conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários à construção da argumentação**. O texto recorre a vários recursos coesivos, como: “Nesse cenário”, “Nesse contexto” (1º parágrafo); “Devido a essa”, “Nesse caso” (2º parágrafo); “Ademais”, “Em decorrência disso”, “Assim” (3º parágrafo); “Destarte” (4º parágrafo).

A **proposta de intervenção** foi elaborada de forma detalhada, relacionada ao tema e articulada à discussão desenvolvida no texto: parcerias com ONGs para reeducação social dos infratores, cursos de conscientização e trabalho voluntário em comunidades carentes.

Redação de **CLARA DE ARAUJO DIAS**

Escola privada de Brasília – DF

A Lei Seca foi implantada no Brasil no ano de 2008, com a finalidade de reduzir o número de acidentes de trânsito, tendo em vista que 30% destes são causados por condutores alcoolizados. A lei determina que, se comprovada a ingestão de álcool através do teste do “bafômetro” ou exame de sangue, o motorista poderia perder sua habilitação e até cumprir pena, além de pagar uma multa.

No período inicial de implantação da lei, a população se surpreendeu com a quantidade e seriedade das fiscalizações. Certamente, o brasileiro acreditou que continuaria impune ao colocar em risco a sua vida e a dos que o cercam. Com a percepção de que seus atos teriam sérias consequências, veio uma notável mudança de postura da população, que passou a deixar seus carros em casa, utilizando outros meios de transporte ou até mesmo não consumindo bebidas alcoólicas.

Entretanto, como toda generalização, esta também é equivocada: não é plausível afirmar que toda a população brasileira possui consciência de que beber e dirigir acarreta danos graves. Ainda há a parcela que conserva o pensamento de que “nada de ruim acontecerá” e “apenas uma latinha não fará mal”. Para atingir essa parcela ainda existente, algumas medidas já têm sido tomadas, como a divulgação de publicidade. Mesmo com os resultados significativos após cinco anos de implantação da lei, existem outras ações que podem ser tomadas: implantação de aulas e palestras para uma conscientização precoce sobre os efeitos do uso do álcool nas redes de ensino básico, melhorias no sistema de transportes públicos (diminuindo a dependência dos privados), incentivos fiscais aos taxistas (levaria a uma redução nas tarifas) e, finalmente, aumento nas fiscalizações em determinados horários.

Comentários

O texto revela que a participante tem excelente **domínio da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa e de escolha de registro**. Como desvios gramaticais ou de convenções da escrita são aceitos somente como excepcionalidade e quando não caracterizam reincidência, a redação recebeu nota 1.000, apesar de apresentar um problema de correlação no emprego dos tempos verbais no trecho “determina que, se comprovada a ingestão de álcool [...] o motorista poderia” (1º parágrafo).

A participante **introduz o tema** proposto, referindo-se ao funcionamento e aos benefícios da Lei Seca. Ressalva que nem todos aderiram de imediato a um comportamento mais seguro em face da atitude de dirigir sob efeito de álcool, e que é necessário investir mais na divulgação da Lei.

Ela **desenvolve o tema** mediante argumentação consistente, fundamentada em repertório sociocultural produtivo, e apresenta excelente domínio do texto dissertativo-argumentativo, por meio do acesso a outras áreas do conhecimento, com progressão fluente e articulada ao projeto do texto.

Em **defesa de um ponto de vista**, o texto apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema proposto, de forma consistente e organizada, configurando autoria e independência de pensamento.

As ideias, os argumentos e as partes do texto são bem articulados, e a redação apresenta repertório diversificado de recursos coesivos – principalmente temáticos – sem inadequações, construindo uma **redação coesa e coerente**, o que revela **conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários à construção da argumentação**.

A **proposta de intervenção** apresentada no texto é detalhada e abrangente, relacionada ao tema e articulada à discussão desenvolvida no texto. Trata-se de redação cuja proposta de intervenção é muito bem elaborada, pois sugere aulas e palestras para conscientização precoce, melhorias no sistema de transportes públicos, incentivos fiscais aos taxistas e aumento da fiscalização.

Redação de **PAULO FAGNER MELO SILVA**

Escola pública de Belém – PA

Inovações da Legislação: Perspectiva de Mudança Cultural

Atualmente, os impactos negativos que a mistura álcool e direção podem ocasionar já são conhecidos por grande parte da população brasileira. Tal fato constitui-se fruto do alcance efetivo de projetos educativos e campanhas publicitárias. Nesse sentido, a promulgação da lei de restrição ao consumo de bebidas alcoólicas por condutores de veículos foi uma vitória tanto para o Estado quanto à sociedade civil. Seu resultado já pode ser observado através de dados estatísticos fornecidos por órgãos competentes, tais informações demonstram que houve a diminuição do índice de acidentes dessa natureza. No entanto, ainda há casos desse tipo de negligência ao volante. Faz-se necessário não só a complementação da lei existente, mas também a existência de ações afirmativas, as quais auxiliarão no processo de modificação completa deste aspecto cultural.

Toda lei há de beneficiar sua própria sociedade, contribuindo com parâmetros necessários e decisivos ao êxito da organização social, bem como de sua administração. Fundamentando-se nisso, pode-se afirmar que a Lei Seca em si vem a cumprir o seu papel perante o Estado e a sociedade civil. A aprovação popular é devida aos seus resultados satisfatórios provenientes de seu correto método de atuação e aplicação.

Ademais, como toda legislação vigente, tal proposta deve ser constantemente reafirmada tanto nos âmbitos da cultura comum quanto na representação administrativa. Vale ressaltar que, apesar de se registrar a diminuição de casos infracionais, eles ainda existem, porquanto a organização social não absorveu totalmente o senso de direção responsável. Em várias ocasiões ainda, o cumprimento legal é prejudicado por burocracias relacionadas a áreas e limites de atuação dos governos.

Em síntese, a Lei Seca apresenta pontos eficazes à diminuição de acidentes de trânsito, porém é de suma importância a realização de ações paralelas, as quais visem a prevenção desses procedimentos perigosos. Tal iniciativa pode ser dada pela mobilização de ONGs e de empreendimentos privados através de campanhas de conscientização em bairros, comunidades e escolas. Quanto às áreas administrativas, faz-se aprazível o estabelecimento de uma lei única das estradas, a qual contemplaria vias municipais, estaduais e federais. É necessário, ainda por parte do poder público, a fiscalização da propaganda de bebidas alcoólicas, expondo no rótulo de cada produto os perigos da combinação beber-dirigir. Dessa maneira, a lei Seca poderá ser apoiada e reafirmada pelos governos e pela sociedade, conseguindo atingir, por fim, o seu objetivo.

Comentários

O texto revela que o participante tem **excelente domínio da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa e de escolha de registro**. Embora se notem a falta de paralelismo sintático em “tanto para o Estado quanto à sociedade civil” (1º parágrafo) e a falta de concordância nominal em “É necessário, [...], a fiscalização da propaganda de bebidas alcoólicas” (último parágrafo), é evidente que esses desvios gramaticais são excepcionalidades, não caracterizam reincidência e não comprometem a qualidade do texto nem sua compreensão.

O participante desenvolve o tema por meio de **argumentação consistente**, com base em **repertório sociocultural produtivo**, e apresenta **excelente domínio do texto dissertativo-argumentativo**. Há progressão fluente e articulada entre as ideias apresentadas. O texto reconhece o valor positivo da Lei Seca, mas ressalta que ainda há quem não obedeça a lei. Teoriza sobre a importância das leis para a organização da sociedade e reafirma a necessidade de se consolidar sua implantação tanto na cultura comum como na representação administrativa.

Em defesa de um ponto de vista, o texto apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema proposto, de forma consistente e organizada, ou seja, os argumentos selecionados estão organizados e relacionados de forma articulada com o ponto de vista defendido e com o tema proposto, configurando-se **independência de pensamento e autoria**.

O participante articula bem as ideias, os argumentos e as partes do texto e apresenta **repertório diversificado de recursos coesivos**, sem inadequações. Como exemplos de recursos coesivos, temos: “Tal fato”, “Nesse sentido”, “No entanto” (1º parágrafo); “Fundamentando-se nisso” (2º parágrafo); “Ademais” (3º parágrafo); “Em síntese”, “Tal iniciativa”, “Dessa maneira” (4º parágrafo).

O texto apresenta **excelente proposta de intervenção, detalhada, relacionada ao tema e articulada à discussão desenvolvida no texto**: prevenção por meio de ações educativas e campanhas; reformulação e unificação das leis de trânsito nas estradas; e fiscalização das propagandas de bebidas alcoólicas.

Redação de **VINICIUS FERNANDO ALVES CARVALHO**

Escola pública de Aracaju – SE

Recentemente, a Lei Seca foi legitimada em todo o país. Objetivando a dissociação entre os atos de consumir bebidas alcoólicas e dirigir, a ação legislativa mostra seus resultados em estatísticas animadoras: redução no número de acidentes e de mortes no trânsito. Esse panorama reafirma o poder coercitivo da lei e alerta para a necessidade de torná-la uma ferramenta de mudanças culturais.

Uma lei mostra-se necessária quando comportamentos frequentes representam riscos para a coletividade. No caso da associação entre beber e dirigir, muitas campanhas publicitárias já existiam, mas revelaram-se insuficientes. Por isso, a lei foi implantada, e as consequências para os transgressores da norma vão desde prejuízos financeiros até a privação da liberdade. Por ter penalizações reais e duras, a lei trouxe resultados visíveis, beneficiando o sistema de saúde (pela diminuição nos índices de vítimas de acidentes) e a segurança no trânsito (pelo menor número de alcoolizados no volante).

Há, entretanto, um papel que a sociedade deve cumprir ao tornar uma lei parte da conjuntura nacional. Esse papel se refere à transformação de comportamentos culturais, para que a consciência coletiva enxergue o que a lei exige não como apenas uma obrigação legal, mas sim como um dever moral. Ou seja, dirigir após beber deve ser visto por todos como uma agressão ao direito à vida e como falta de maturidade moral. A lei, portanto, tem seu valor de conscientizadora de conduta.

Para efetivar essa consciência coletiva, distintas esferas políticas devem se integrar: o governo federal deve se responsabilizar pela emissão de verbas e pela elaboração de diretrizes a serem seguidas, e os governos estadual e municipal devem atuar na fiscalização e na ação punitiva. Além disso, é essencial que aqueles que desrespeitam essa norma sejam acompanhados por programas de assistência social, para que seja oportunizada uma verdadeira mudança de comportamento. Por último, mostra-se pertinente que ações de esclarecimento quanto à necessidade da Lei Seca ocorram frequentemente em escolas de formação de condutores, construindo gerações conscientes.

É possível, portanto, promover o desenvolvimento moral da sociedade através da legitimação de leis e da transformação de comportamentos culturais. Como no caso da legislação referente ao uso obrigatório de cintos de segurança, houve um despertar da consciência social em relação à necessidade desse instrumento, refletindo responsabilidade e respeito ao próximo. E essa conscientização só começou com a ação intercessora da lei. Dessa forma, o corpo social evolui em sua conduta, e o esclarecimento quanto a modificar certas ações tem papel protagonista nesse cenário.

Comentários

O participante demonstra **excelente domínio da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa e de escolha de registro**. Não há desvios gramaticais ou de convenções da escrita. O vocabulário é rico, diversificado e revela maturidade verbal. Demonstra também que a proposta de redação foi compreendida e que o tema foi muito bem desenvolvido, a partir de repertório sociocultural produtivo, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo. O texto é objetivo e impessoal, com progressão fluente e articulada ao projeto do texto. A redação organiza-se em cinco parágrafos bem relacionados entre si.

A **tese desenvolvida** é a de que a Lei Seca é necessária e tem produzido bons resultados, como mudanças culturais no comportamento dos motoristas, entretanto, o governo deve continuar a promover ações para sua maior divulgação e consolidação.

Na **introdução**, o texto alude ao fato de que o número de acidentes foi reduzido com a Lei Seca. No desenvolvimento, apresenta encadeamento entre as ideias e demonstra competência em **selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos e argumentos em defesa de um ponto de vista**. O tema é desenvolvido de forma coerente, os argumentos selecionados são consistentes e a conclusão é relacionada ao ponto de vista adotado, configurando independência de pensamento e autoria.

O emprego de elementos coesivos torna o texto bem articulado e garante sua continuidade, revelando **conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários à construção da argumentação**. Vários recursos coesivos são utilizados, como: “Esse panorama” (1º parágrafo); “Esse papel” (3º parágrafo); “essa consciência”, “Além disso” (4º parágrafo); “Dessa forma” (5º parágrafo).

O texto apresenta uma **proposta de intervenção, que respeita os direitos humanos**, coerente com as ideias desenvolvidas, **ampla e abrangente para efetivação da Lei**: trabalho conjunto entre o governo federal e os governos estaduais e municipais; programas de acompanhamento dos infratores para mudança de comportamento; ações preventivas de conscientização nas escolas.

2.2 REDAÇÕES DO ENEM 2014

PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **Publicidade infantil em questão no Brasil**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relate, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

A aprovação, em abril de 2014, de uma resolução que considera abusiva a publicidade infantil, emitida pelo Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), deu início a um verdadeiro cabo de guerra envolvendo ONGs de defesa dos direitos das crianças e setores interessados na continuidade das propagandas dirigidas a esse público.

Elogiada por pais, ativistas e entidades, a resolução estabelece como abusiva toda propaganda dirigida à criança que tem "a intenção de persuadi-la para o consumo de qualquer produto ou serviço" e que utilize aspectos como desenhos animados, bonecos, linguagem infantil, trilhas sonoras com temas infantis, oferta de prêmios, brindes ou artigos colecionáveis que tenham apelo às crianças.

Ainda há dúvidas, porém, sobre como será a aplicação prática da resolução. E associações de anunciantes, emissoras, revistas e de empresas de licenciamento e fabricantes de produtos infantis criticam a medida e dizem não reconhecer a legitimidade constitucional do Conanda para legislar sobre publicidade e para impor a resolução tanto às famílias quanto ao mercado publicitário. Além disso, defendem que a autorregulamentação pelo Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar) já seria uma forma de controlar e evitar abusos.

IDOETA, P. A.; BARBA, M. D. A publicidade infantil deve ser proibida? Disponível em: www.bbc.co.uk. Acesso em: 23 maio 2014 (adaptado).

TEXTO II

A PUBLICIDADE PARA CRIANÇAS NO MUNDO



Fonte: OMS e Conar/2013

Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Acesso em: 24 jun. 2014 (adaptado).

TEXTO III

Precisamos preparar a criança, desde pequena, para receber as informações do mundo exterior, para compreender o que está por trás da divulgação de produtos. Só assim ela se tornará o consumidor do futuro, aquele capaz de saber o que, como e por que comprar, ciente de suas reais necessidades e consciente de suas responsabilidades consigo mesma e com o mundo.

SILVA, A. M. D.; VASCONCELOS, L. R. *A criança e o marketing: informações essenciais para proteger as crianças dos apelos do marketing infantil*. São Paulo: Summus, 2012 (adaptado).

INSTRUÇÕES:

- O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
- O texto definitivo deve ser escrito à tinta, na folha própria, em até 30 linhas.
- A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.

Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:

- tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada "insuficiente".
- fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo.
- apresentar proposta de intervenção que desrespeite os direitos humanos.
- apresentar parte do texto deliberadamente desconectada com o tema proposto.

Redação de **LEANDRO HENRIQUE SIQUEIRA MOLINA**

Escola privada de Franca – SP

Publicidade Infantil: Um Desafio Ético e Político

“O progresso roda constantemente sobre duas engrenagens. Faz andar uma coisa esmagando sempre alguém.” A frase, do escritor e pensador francês Vitor Hugo, exprime a ideia de que o sistema capitalista funciona baseando-se na exploração constante dos indivíduos. Analisando esse conceito atrelado à conjuntura atual, nota-se que a publicidade direcionada às crianças, no Brasil, possui um caráter predatório, funcionando como meio de criação de futuros consumistas e explorando a relativa facilidade de se persuadir uma criança, através do uso de elementos do universo infantil.

A necessidade de criação de uma lei só existe quando um conceito de ética que já deveria ser parte do senso comum é ausente. Dessa forma, nota-se que a criação de leis que proíbem ou normatizam a publicidade infantil nos países considerados desenvolvidos revela que esse setor da mídia não age de maneira ética. Isso se deve ao fato de que, com o advento do Neoliberalismo, houve a necessidade de difusão do consumismo, e a publicidade, como a principal forma de imposição desse ideal, passou a explorar a ingenuidade do imaginário infantil para adaptar as crianças a esse formato, incentivando sempre o desejo.

O resultado desse processo é a criação de uma infância voltada para o consumo. As crianças, alienadas pela mídia, são incorporadas ao capitalismo antes mesmo de possuírem consciência e discernimento para compreendê-lo. Suas vidas passam a ser ditadas pelos desejos que lhes foram impostos, tornando tudo – inclusive as datas comemorativas, as quais perdem seu sentido – uma forma de exigir produtos. Essas crianças, sem conceito de real necessidade, crescem para se tornarem adultos egoístas, totalmente submissos ao capitalismo e utilitaristas, estabelecendo como objetivo maior o acúmulo de capitais, visando à satisfação dos desejos e transmissão desses ideais aos seus filhos.

O Estado, como defensor dos direitos da população e do bem estar social, deve criar leis que impeçam a dominação das crianças pelo consumismo, impedindo a associação entre produtos e elementos atrativos a elas. Deve-se utilizar da educação, principal elemento transformador da sociedade, para criar nas crianças o discernimento entre o frívolo e o necessário, coibindo o egoísmo e estimulando a solidariedade. A sociedade, por sua vez, deve conscientizar-se, limitando o consumo das crianças para impedir o desenvolvimento da cultura de consumo. Dessa forma, será possível criar um corpo social ético, harmonioso e saudável.

Comentário

As estruturas sintáticas e a seleção lexical demonstram que o participante tem **excelente domínio da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa** e de escolha de registro. Não há erros gramaticais ou de convenções da escrita, apenas uma omissão de hífen em “bem-estar” na primeira linha do quarto parágrafo. A redação é constituída de quatro parágrafos bem construídos e bem articulados entre si.

O participante desenvolve o tema apresentado no enunciado da prova, *A publicidade infantil em questão no Brasil*, por meio de **argumentação consistente**, fundamentada em repertório sociocultural produtivo, pois cita o escritor Vitor Hugo e arrola argumentos que não estão nos textos motivadores, como o do Neoliberalismo. Há excelente **domínio do texto dissertativo-argumentativo**, com introdução, desenvolvimento e conclusão.

A tese desenvolvida é a de que é necessário, mediante legislação, um combate efetivo à publicidade infantil, pois as empresas não agem de maneira ética na promoção de seus produtos. Assim, o excesso de propaganda dirigida às crianças aliena, impõe desejos e conduz ao consumo exagerado e desnecessário.

Em defesa de um ponto de vista bem explicitado, o texto apresenta informações relacionadas ao tema do consumismo de forma consistente e organizada, configurando autoria. O participante demonstra competência em **selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos e argumentos em defesa de um ponto de vista**, desenvolvendo o tema de forma consistente e coerente, e a conclusão relaciona-se ao ponto de vista adotado.

O participante apresenta, sem inadequações, **repertório diversificado de recursos coesivos** e articula bem as informações, os argumentos e as partes do texto. Entre os recursos que constituem a coesão textual e a articulação entre as ideias estão as orações reduzidas, as conjunções (“que”, “e”, “quando”, “ou”), o pronome relativo, os pronomes pessoais e outros elementos referenciais, como “A frase”, “esse conceito” (1º parágrafo); “Dessa forma”, “Isso se deve” (2º parágrafo); “desse processo”, “Suas vidas”, “as quais”, “Essas crianças”, “desses ideais” (3º parágrafo); “Dessa forma” (4º parágrafo).

O participante apresenta, de forma abrangente e detalhada, **excelente proposta de intervenção que respeita os direitos humanos**: regulamentação estatal que impeça associação entre produtos e elementos atrativos às crianças; educação direcionada a valores, como a solidariedade, e ao discernimento do que realmente é necessário ao consumo; conscientização da sociedade para coibir a cultura do consumo.

Redação de **GABRIELA ALMEIDA COSTA**

Escola pública de Salvador – BA

Desde o início da expansão da rede dos meios de comunicação no Brasil, em especial o rádio e a televisão, a mídia publicitária tem veiculado propagandas destinadas ao público infantil, mesmo que os produtos ou serviços anunciados não sejam destinados a este. Na década de 1970, por exemplo, era transmitida no rádio a propaganda de um banco utilizando personagens folclóricos, chamando a atenção das crianças que, assim, persuadiam os pais a consumir.

É sabido que, no período da infância, o ser humano ainda não desenvolveu claramente seu senso crítico, e assim é facilmente influenciado por personagens de desenhos animados, filmes, gibis, ou simplesmente pela combinação de sons e cores de que a publicidade dispõe. Os adolescentes também são alvo; numa fase em que o consumo pode ser sinônimo de autoafirmação. Ciente deste fato, a mídia cria os mais diversos produtos fazendo uso desses atributos, como brindes em lanches, produtos de higiene com imagens de personagens e até mesmo utilizando atores e modelos mirins nos comerciais.

Muitos pais têm então se queixado do comportamento consumista de seus filhos, apelando para organizações de defesa dos direitos da criança e do adolescente. Em abril de 2014, foi aprovada uma resolução que julga abusiva essa publicidade infantil, gerando conflitos entre as empresas, organizações publicitárias e os defensores dos direitos deste público-alvo. Entretanto, tal resolução configura um importante passo dado pelo Brasil com relação ao marketing infantil. Alguns países cujo índice de escolaridade é maior que o brasileiro já possuem legislação que limita os conteúdos e horários de exibição dos comerciais destinados às crianças. Outros, como a Noruega, proíbem completamente qualquer publicidade infantil.

A legislação brasileira necessita, portanto, continuar a romper com as barreiras impostas pela indústria publicitária, a fim de garantir que o público supracitado não seja alvo de interesses comerciais por sua inocência e fácil persuasão. No âmbito educacional, as escolas devem auxiliar na formação de cidadãos com discernimento e capacidade crítica. Desta forma, é importante que sejam ensinados e discutidos nas salas de aula os conceitos de cidadania, consumismo, publicidade e etc., adequando-os a cada faixa etária.

Comentário

A participante demonstra, pelas construções sintáticas, pela escolha lexical e de registro, **excelente domínio da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa**. Não há erros gramaticais ou de convenções da escrita, a não ser a ausência de vírgula depois de “crianças” (primeiro parágrafo, linha 6), marcando oração explicativa; e o emprego indevido do conectivo “e” antes de “etc.” (4º parágrafo). A redação organiza-se em quatro parágrafos bem construídos e bem articulados entre si.

A participante desenvolve o tema proposto no enunciado da prova de redação, por meio de **argumentação consistente**, com base em repertório sociocultural produtivo, já que extrapola as ideias dos textos motivadores caracterizando as estratégias utilizadas pela publicidade para persuadir e afirmado que crianças e adolescentes são vulneráveis à propaganda por não estarem completamente formados.

Retoma adequadamente as informações apresentadas nos textos motivadores, de maneira autoral e crítica. Apresenta também excelente **domínio do texto dissertativo-argumentativo**, com introdução, desenvolvimento e conclusão. Em seu texto, o tema é desenvolvido de modo consistente e articulado ao ponto de vista defendido, com progressão fluente.

A tese desenvolvida é a de que é necessário romper com as exigências da indústria publicitária uma vez que o público infantil é suscetível a influências e facilmente conduzido ao consumo exacerbado. Enfim, a redação apresenta encadeamento entre as ideias e demonstra competência em **selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos e argumentos em defesa de um ponto de vista**: o tema é desenvolvido de forma coerente, os argumentos selecionados são consistentes e a conclusão é relacionada ao ponto de vista adotado.

A participante articula bem as informações, os argumentos, as partes do texto e apresenta, sem inadequações, **repertório diversificado de recursos coesivos**, tais como: “mesmo que”, “por exemplo”, “assim” (1º parágrafo); “deste fato” (2º parágrafo); “então”, “Entretanto”, “tal”, “cujo”, “Outros” (3º parágrafo); “portanto”, “Desta forma” (4º parágrafo).

A proposta de intervenção apresentada sugere que seja alterada a legislação brasileira sobre o tema, e que as escolas devam contribuir para a formação de cidadãos conscientes e críticos mediante discussão de temas como: cidadania, consumismo e publicidade. Trata-se de proposta de intervenção bem elaborada, relacionada ao tema, decorrente da discussão desenvolvida no texto, abrangente e detalhada.

Publicidade infantil: enclave à faixa etária pueril

“A palavra é instrumento irresistível da busca pela liberdade”, afirmou Rui Barbosa em relação ao direito de expressão. No entanto, a liberdade de imprensa e propaganda, garantida pela Constituição brasileira, depara-se com limites no que tange à persuasão aos pequenos. Esses, vivenciando a fase pueril, não detêm a criticidade desenvolvida e, consequentemente, são facilmente influenciáveis. Assim, a publicidade infantil brasileira progride apelando às crianças e, dessa maneira, necessita de reparos que atenuem os tons abusivos e persuasivos.

A propaganda é meio eficiente a atingir a venda de produtos, já que, através de artifícios intrigantes, como imagens e até personalidades famosas, coage os consumidores. As crianças são alvos constantes da publicidade, pois, dotadas de desejo e imaginação, creem no mundo utópico desenvolvido pelos efeitos dos anúncios. Assim, devido a sua efetividade, os publicitários focam na criação de técnicas persuasivas ao público pueril e lançam suas propagandas em horários convergentes aos que os pequeninos assistem aos desenhos animados e programas afins. A criatividade dos que são graduados para apelar ao consumidor ganha o coração das crianças e perpetua os comerciais para essa faixa etária.

Em âmbito internacional divergem as decisões acerca do tema proposto, existindo legislação de proibição total à publicidade infantil, medidas que a permite apenas em determinados horários e há, ainda, países que não a restringem. O Brasil carece de mudanças na forma com que são realizadas as propagandas infantis, já que o público pueril é permeado diariamente por mensagens de cunho abusivo e persuasivo. Entretanto, o Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente iniciou um debate em relação ao tópico, dando um passo em benefício aos pequeninos da nação tupiniquim.

Em síntese, a publicidade infantil brasileira deve ser modificada com aplicações eficientes das decisões governamentais anteriormente citadas. É necessário adequar as propagandas infantis para horários propícios, quando os pais possam acompanhar seus filhos, interagindo acerca dos anúncios. É possível também exigir que as empresas de publicidade retirem os efeitos que engrandecem os produtos, de forma a iludir o consumidor, e atenuar a presença de personalidades artísticas nas propagandas. Dessa forma, o Brasil pode evoluir como uma nação que zela pelo seu potencial infantil e garantir aos pequenos o essencial, livrando-os do desejo de supérfluos e contribuindo para a formação de cidadãos críticos, conscientes dos temas circundantes.

Comentário

A participante demonstra **excelente domínio da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa** tanto pelas estruturas linguísticas construídas como pela seleção lexical e de registro. Não há erros gramaticais ou de convenções da escrita, exceto pelo desvio de concordância verbal em “medidas que a permite” (3º parágrafo) e por um problema estilístico decorrente da proximidade entre “consequentemente” e “facilmente” (primeiro parágrafo, linha 5). A redação está estruturada em quatro parágrafos, nos quais são organizados blocos temáticos independentes, mas bem articulados entre si.

O tema proposto no enunciado da prova é bem desenvolvido pela participante, por meio de **argumentação consistente**, a partir de repertório sociocultural produtivo, haja vista, por exemplo, a citação de Rui Barbosa e o desenvolvimento de ideias que extrapolam as apresentadas nos textos motivadores. Ela enfoca os limites do direito de expressão diante da necessidade de controle dos recursos persuasivos empregados pela propaganda destinada ao vulnerável público infantil. Assim, constrói sua argumentação por meio de um exemplo claro de que deve haver limites à liberdade de expressão – debate atual na sociedade.

Focaliza ainda a infância como uma fase de formação em que os indivíduos são facilmente influenciáveis. Além disso, caracteriza as estratégias e técnicas utilizadas pela propaganda para persuadir o público infantil. Apresenta também excelente **domínio do texto dissertativo-argumentativo**, com introdução, desenvolvimento e conclusão. O tema é desenvolvido com progressão fluente, articulada ao ponto de vista defendido, configurando autoria. A tese desenvolvida é a de que a publicidade infantil deve ser controlada.

Em defesa de seu ponto de vista, a participante apresenta informações acerca da vulnerabilidade das crianças à influência da publicidade. A redação apresenta encadeamento entre as ideias e demonstra competência da aluna em **selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos e argumentos em defesa de um ponto de vista**: o tema é desenvolvido de forma coerente, os argumentos selecionados são consistentes e a conclusão é relacionada ao ponto de vista adotado.

A participante, além de assegurar a continuidade e a progressividade temáticas, articula, sem inadequações, **repertório diversificado de recursos coesivos**, que entrelaçam as informações apresentadas, por meio do emprego de termos, tais como: “No entanto”, “Esses”, “dessa maneira” (1º parágrafo); “já que”, “pois”, “Assim” (2º parágrafo); “Entretanto” (3º parágrafo); “Em síntese”, “Dessa forma” (4º parágrafo).

Ao elaborar sua **excelente proposta de intervenção, que respeita os direitos humanos**, a participante considera necessário exigir que as empresas não utilizem recursos persuasivos que iludam as crianças, bem como adequar o horário da publicidade infantil, a fim de que os pais possam acompanhar ao que os filhos assistem, além de restringir o abuso por meio de medidas governamentais. A proposta de intervenção é abrangente, bem detalhada e bem elaborada, relaciona-se ao tema e provém da discussão desenvolvida no texto.

Redação de **DOUGLAS MANSUR GUERRA**

Escola privada de Goiânia – GO

Do VHS ao Blu-Ray

Nas antigas fitas VHS, a divulgação dos novos filmes disponíveis para aparelhos de DVD tornava a criança uma consumidora compulsória, capaz de qualquer coisa por aquele novo meio de assistir filmes. Na atualidade, isso se repete quando os discos da Disney mostram-se disponíveis em Blu-Ray. Entretanto, até onde essa publicidade infantil influencia no desenvolvimento da criança? Tal influência seria benéfica? Para o Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), não. Essa postura representa um importante passo para o Brasil.

De acordo com o sociólogo Émile Durkheim, é na infância que os indivíduos passam pelo processo de socialização, ou seja, adquirem os valores morais e éticos da sociedade em que se encontram. Se, nesse período, a criança for bombardeada por uma série de propagandas ideológicas, ela pensará que a felicidade só pode ser alcançada ao lanchar em determinado restaurante, ao adquirir determinado brinquedo ou ao vestir determinadas roupas. Há, portanto, a necessidade de banir quaisquer tipos de publicidade que utilizem a ingenuidade infantil para a obtenção de um maior mercado consumidor.

Ademais, esse banimento não deve ser feito apenas com acordos entre o setor publicitário e o governo. É necessária uma legislação que assegure um desenvolvimento livre de manipulações para as crianças. Além de coibir tais propagandas deve-se punir aqueles que as utilizarem. Para isso, é preciso reformular o Código Penal brasileiro, vigente desde 1941 – contexto de um país ruralizado, com relações jurídicas menos complexas que as atuais – e insuficiente para punir tais infratores.

Não é, no entanto, responsabilidade única do Estado a atual situação da publicidade infantil brasileira. Como afirmou Sérgio Buarque, em sua obra “Raízes do Brasil”, os brasileiros estão acostumados a tratarem o Estado como um pai, deixando todas as questões político-sociais em suas mãos. Com a finalidade de proteger suas crianças, cabe aos pais abandonar essa característica patrimonialista e exigir mudanças, sem depender de governo ou de agências publicitárias.

Percebe-se, destarte, que a publicidade infantil, para ser regulamentada e controlada, necessita de uma ação conjunta entre o Estado, o setor publicitário e os cidadãos. No nível jurídico, estabelecer normas para as agências publicitárias (não utilizar personalidades infantis ou associar felicidade a consumo) é uma medida extremamente eficaz. Corrobora tal ação a fiscalização das propagandas por parte da sociedade, a partir de reclamações publicadas em fóruns virtuais. Desse modo, assegura-se o desenvolvimento das crianças brasileiras livre de instrumentos de alienação.

Comentário

O participante tem **excelente domínio da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa**, o que é demonstrado pelas estruturas sintáticas, pela seleção lexical e de registro. Não há erros gramaticais ou de convenções da escrita, além da ausência de vírgula após “propagandas” (3º parágrafo) e de acento agudo em “jurídico” (5º parágrafo). A redação é composta por cinco parágrafos bem construídos e bem articulados entre si.

O participante desenvolve o tema apresentado no enunciado da prova, lançando mão de **argumentação consistente**, pautada por repertório sociocultural produtivo, haja vista a referência adequada a Émile Durkheim e Sérgio Buarque de Holanda, além da apresentação de argumentos que não estão nos textos motivadores, como é o caso da insuficiência do Código Penal de 1941 em regular relações jurídicas contemporâneas, como a complexa relação estabelecida pela publicidade e os consumidores. Observa-se também excelente **domínio do texto dissertativo-argumentativo**, com introdução, desenvolvimento e conclusão.

Desenvolve-se a tese de que é necessário, por meio de legislação específica, combater efetivamente a publicidade infantil, pois esta incita o desenvolvimento de valores morais e éticos equivocados. A propaganda dirigida às crianças se vale da ingenuidade infantil, a fim de alienar, impor desejos e conduzir ao consumo exagerado e desnecessário.

O texto apresenta argumentos relacionados ao tema da publicidade dirigida ao público infantil de forma consistente e organizada, configurando autoria. O participante demonstra competência em **selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos e argumentos em defesa de um ponto de vista**, desenvolvendo o tema de forma consistente e coerente e elaborando conclusão relacionada ao ponto de vista explicitado no texto.

O participante ainda utiliza **repertório diversificado de recursos coesivos**, sem incorrer em inadequação. Articula bem as ideias, os argumentos e as partes do texto. Entre os termos que constituem coesão textual e articulação entre as ideias estão: “isso”; “Entretanto”; “essa”, “Tal influência”, “Essa postura” (1º parágrafo); “nesse período”, “portanto” (2º parágrafo); “Ademais”, “esse banimento”, “Para isso”, “tais infratores” (3º parágrafo); “no entanto”, “essa característica” (4º parágrafo); “destarte”, “tal ação”, “Desse modo” (5º parágrafo).

O participante elabora, ao longo do texto, **excelente proposta de intervenção que respeita os direitos humanos**: legislação específica e reformulação do Código Penal; fiscalização da publicidade e punição aos infratores; participação efetiva dos pais na exigência de mudanças que visem à coibição das práticas abusivas da publicidade; e articulação entre Estado, setor publicitário e sociedade. Assim, a proposta, abrangente e detalhada, vincula-se à discussão desenvolvida no texto.

2.3 REDAÇÕES DO ENEM 2015

PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira”, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relate, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

Nos 30 anos decorridos entre 1980 e 2010 foram assassinadas no país acima de 92 mil mulheres, 43,7 mil só na última década. O número de mortes nesse período passou de 1.353 para 4.465, que representa um aumento de 230%, mais que triplicando o quantitativo de mulheres vítimas de assassinato no país.

WALSELFISZ, J. J. Mapa da Violência 2012. Atualização: Homicídio de mulheres no Brasil. Disponível em: www.mapadaviolencia.org.br. Acesso em: 8 jun. 2015.

TEXTO II



TEXTO III



Disponível em: www.compromissoearthlife.org.br. Acesso em: 24 jun. 2015 (adaptado).

TEXTO IV

O IMPACTO EM NÚMEROS

Com base na Lei Maria da Penha, mais de 330 mil processos foram instaurados apenas nos juizados e varas especializados

332.216 processos que envolvem a Lei Maria da Penha chegaram, entre setembro de 2006 e março de 2011, aos 52 juizados e varas especializados em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher existentes no País. O que resultou em:

- 33,4%** de processos julgados
- 9.715** prisões em flagrante
- 1.577** prisões preventivas decretadas



58 mulheres e **2.777** homens enquadrados na Lei Maria da Penha estavam presos no País em dezembro de 2010. Ceará, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul não constam desse levantamento feito pelo Departamento Penitenciário Nacional



237 mil

relatos de violência foram feitos ao Ligue 180, serviço telefônico da Secretaria de Políticas para as Mulheres



Sete de cada **dez** vítimas que telefonaram para o Ligue 180 afirmaram ter sido agredidas pelos companheiros

Fontes: Conselho Nacional de Justiça, Departamento Penitenciário Nacional e Secretaria de Políticas para as Mulheres

Disponível em: www.lisbe.com.br. Acesso em: 24 jun. 2015 (adaptado).

INSTRUÇÕES:

- O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
- O texto definitivo deve ser escrito à tinta, na folha própria, em até 30 linhas.
- A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.

Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:

- tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada “texto insuficiente”.
- fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo.
- apresentar proposta de intervenção que desrespeite os direitos humanos.
- apresentar parte do texto deliberadamente desconectada do tema proposto.

Redação de **LAIANE DA SILVA CARVALHO**

Escola pública de Valença – BA

Mesmo com a vigência da Lei Maria da Penha, com a criminalização do feminicídio na última década, o aumento percentual do número de mulheres vítimas de homicídio no Brasil persiste. Tipificada pela violência física, moral, psicológica ou sexual, a violação dos direitos femininos tem suas raízes em construções sociais e culturais, incorporadas como legítimas, que precisam ser desfeitas, pois, do contrário, o ideal de indistinção no gozo dos direitos fundamentais do cidadão não se consolidará.

A crença na subalternidade feminina é construída socialmente. A filósofa Simone de Beauvoir corrobora isso ao afirmar que “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”. Os dizeres de Beauvoir revelam como a associação da figura feminina a determinados papéis não é condicionada por características biológicas, mas por pré-determinações sociais. Segundo essa linha de pensamento, é usual, por exemplo, que mulheres que exercem profissões tradicionalmente associadas a homens, como a de motorista, sofram preconceito no ambiente de trabalho e sejam violentadas psicologicamente.

Além disso, a continuidade de práticas violentas contra a mulher é favorecida pelo que o pensador Pierre Bourdieu definiu como violência simbólica. Nesse tipo de violência, a sociedade passa a aceitar como natural as imposições de um segmento social hegemônico, neste caso, o gênero masculino, causando a legitimação da violação de direitos e/ou da desigualdade. Nesse contexto, urge a tomada de medidas que visem mitigar a crença de que as mulheres são inferiores. Para isso, cabe à sociedade civil organizada, o terceiro setor, a realização de palestras que instruam acerca da igualdade entre os gêneros. Ao poder público, cabe instituir a obrigatoriedade de participação masculina em fóruns, palestras e seminários que discorram acerca da importância do respeito às mulheres.

Procedendo-se assim, casos como o da francesa Olympe de Gouges, guilhotinada na Revolução Francesa por exigir direitos femininos, ficarão apenas como o símbolo de um passado em que os Direitos Humanos não eram para todos.

Comentário

O texto demonstra que a participante tem **excelente domínio da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa** e de escolha de registro. O texto contém apenas um erro de pontuação, com o emprego inadequado de vírgula nas linhas finais do terceiro parágrafo (“Ao poder público, cabe...”), configurando um desvio gramatical, e apenas um erro de ortografia na linha inicial do segundo parágrafo, na qual a palavra “femina” (em vez de “feminina”) não segue a grafia oficial, ou seja, trata-se de um desvio de convenção da escrita.

A participante desenvolve o tema proposto no enunciado da prova por meio de **argumentação consistente**, fundamentando-se em repertório sociocultural produtivo, já que cita adequadamente Simone de Beauvoir, Pierre Bourdieu, a Revolução Francesa, além de se referir às raízes históricas e ideológicas de que originam o machismo na sociedade brasileira.

Apresenta também excelente **domínio do texto dissertativo-argumentativo**, com introdução, desenvolvimento e conclusão, e organiza o texto em quatro parágrafos bem construídos e bem articulados entre si. O tema é desenvolvido de modo consistente e autoral em defesa de seu ponto de vista, por meio do acesso a outras áreas do conhecimento, com progressão fluente, articulada ao ponto de vista defendido.

Desenvolve a tese de que é necessário, principalmente por meio de campanhas educativas, um combate efetivo à violência contra a mulher, proveniente da predominância do patriarcalismo.

A participante articula bem as ideias, os argumentos, as partes do texto e apresenta, sem inadequações, **repertório diversificado de recursos coesivos**, com o uso de conectores variados (e, que, em que, pois, mas, como) e de elementos referenciais e sequenciadores linguísticos, como “corrobora isso”, “Seguindo essa linha de pensamento” (2º parágrafo); “Além disso”, “Nesse tipo”, “Nesse contexto”, “Para isso” (3º parágrafo); “Procedendo assim” (4º parágrafo).

Considera que é necessário mitigar a crença de que as mulheres são inferiores por meio de **excelente proposta de intervenção que respeita os direitos humanos**: aponta o papel da sociedade civil organizada, que deveria promover campanhas educativas e palestras sobre igualdade entre os gêneros, bem como aponta o papel do poder público, que deveria “instituir a obrigatoriedade de participação masculina em fóruns, palestras e seminários que discorram acerca da importância do respeito às mulheres”. Trata-se de redação cuja proposta de intervenção é bem elaborada, relaciona-se ao tema e decorre da discussão desenvolvida no texto.

Enfim, a redação apresenta encadeamento entre as ideias e demonstra competência em **selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos e argumentos em defesa de um ponto de vista**: o tema é desenvolvido de forma coerente, os argumentos selecionados são consistentes e a conclusão é relacionada ao ponto de vista adotado.

Redação de **AMANDA CARVALHO MAIA CASTRO**

Escola privada de Niterói – RJ

A violência contra a mulher no Brasil tem apresentado aumentos significativos nas últimas décadas. De acordo com o mapa da violência de 2012, o número de mortes por essa causa aumentou em 230% no período de 1980 a 2010. Além da física, o Balanço de 2014 relatou cerca de 48% de outros tipos de violência contra a mulher, dentre esses a psicológica. Nesse âmbito, pode-se analisar que essa problemática persiste por ter raízes históricas e ideológicas.

O Brasil ainda não conseguiu se desprender das amarras da sociedade patriarcal. Isso se dá porque, ainda no século XXI, existe uma espécie de determinismo biológico em relação às mulheres. Contrariando a célebre frase de Simone de Beauvoir “Não se nasce mulher, torna-se mulher”, a cultura brasileira, em grande parte, prega que o sexo feminino tem a função social de se submeter ao masculino, independentemente de seu convívio social, capaz de construir um ser como mulher livre. Dessa forma, os comportamentos violentos contra as mulheres são naturalizados, por estarem dentro da construção social advinda da ditadura do patriarcado. Consequentemente, a punição para esse tipo de agressão é dificultada pelos traços culturais existentes, e, assim, a liberdade para o ato é aumentada.

Além disso, há o estigma do machismo na sociedade brasileira. Isso ocorre porque a ideologia da superioridade do gênero masculino em detrimento do feminino reflete no cotidiano dos brasileiros. Nesse viés, as mulheres são objetificadas e vistas apenas como fonte de prazer para o homem, e são ensinadas desde cedo a se submeterem aos mesmos e a serem recatadas. Dessa maneira, constrói-se uma cultura do medo, na qual o sexo feminino tem medo de se expressar por estar sob a constante ameaça de sofrer violência física ou psicológica de seu progenitor ou companheiro. Por conseguinte, o número de casos de violência contra a mulher reportados às autoridades é baixíssimo, inclusive os de reincidência.

Pode-se perceber, portanto, que as raízes históricas e ideológicas brasileiras dificultam a erradicação da violência contra a mulher no país. Para que essa erradicação seja possível, é necessário que as mídias deixem de utilizar sua capacidade de propagação de informação para promover a objetificação da mulher e passem a usá-la para difundir campanhas governamentais para a denúncia de agressão contra o sexo feminino. Ademais, é preciso que o Poder Legislativo crie um projeto de lei para aumentar a punição de agressores, para que seja possível diminuir a reincidência. Quem sabe, assim, o fim da violência contra a mulher deixe de ser uma utopia para o Brasil.

Comentário

O texto demonstra que a participante tem **excelente domínio da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa** e de escolha de registro. Não há erros gramaticais ou de convenções da escrita.

A redação organiza-se em quatro parágrafos bem construídos e bem articulados entre si.

A participante desenvolve o tema proposto no enunciado da prova por meio de **argumentação consistente**, baseada em repertório sociocultural produtivo, já que cita Simone de Beauvoir, bem como se refere às raízes históricas e ideológicas do machismo na sociedade brasileira.

Apresenta também excelente **domínio do texto dissertativo-argumentativo**, com introdução, desenvolvimento e conclusão. Em seu texto, o tema é desenvolvido de modo consistente e autoral, mediante acesso a outras áreas do conhecimento, com progressão fluente, articulada ao ponto de vista defendido.

Desenvolve a tese de que é necessário um combate efetivo à naturalização da violência contra a mulher, suscitada pela dominância do patriarcalismo e difundida, principalmente, pelo controle da mídia.

A participante articula bem as ideias, os argumentos, as partes do texto e apresenta, sem inadequações, **repertório diversificado de recursos coesivos**, tais como: “por essa causa”, “Além da”, “entre esses”, “Nesse âmbito” (1º parágrafo); “Isso se dá porque”, “Dessa forma”, “Consequentemente” (2º parágrafo); “Além disso”, “Dessa maneira”, “Por conseguinte” (3º parágrafo); “portanto”, “Para que essa”, “Ademais”, “assim” (4º parágrafo).

A redação apresenta encadeamento entre as ideias e demonstra a competência da participante em **selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos e argumentos em defesa de um ponto de vista**: o tema é desenvolvido de forma coerente, os argumentos selecionados são consistentes, e a conclusão é relacionada ao ponto de vista adotado.

Por meio de **excelente proposta de intervenção que respeita os direitos humanos**, assevera ser necessária uma mudança de atitude da mídia, a fim de que a capacidade de propagação de informação dos meios midiáticos deixe de ser utilizada para promover a objetificação da mulher e passe a ser utilizada para difundir campanhas governamentais que veiculem a importância de denunciar as agressões sofridas pelo sexo feminino. Ademais, é preciso que o Poder Legislativo elabore lei que intensifique a punição aos agressores para que a reincidência seja reduzida. Trata-se de redação cuja proposta de intervenção é suscitada pela discussão desenvolvida no texto e se relaciona ao tema, além de ser bem elaborada, abrangente e bem detalhada.

Redação de **JULIA CURI AUGUSTO PEREIRA**

Escola pública de Campo Grande – MS

Permeada pela desigualdade de gênero, a história brasileira deixa clara a posição inferior imposta a todas as mulheres. Essas, mesmo após a conquista do acesso ao voto, ensino e trabalho – negado por séculos – permanecem vítimas da violência, uma realidade que ceifa vidas e as priva do direito a terem sua integridade física e moral protegida.

O machismo e a misoginia são promovidos pela própria sociedade. Meninas são ensinadas a aceitar a submissão ao posicionamento masculino, ainda que estejam inclusas agressões e violência, do abuso psicológico ao sexual. Os meninos, por sua vez, têm seu caráter construído à medida que absorvem valores patriarcais e abusivos, os quais serão refletidos em suas condutas ulteriores.

Um dos conceitos filosóficos de Francis Bacon, que declara o comportamento humano como contagioso, se aplica perfeitamente à situação. A violência de gênero, conforme permanece a ser reproduzida, torna-se enraizada e frequente. Concomitantemente, a voz das mulheres é silenciada e suas manifestações são reprimidas, o que favorece o mantimento das atitudes misóginas.

O ensino veta todo e qualquer tipo de instrução a respeito do feminismo e da igualdade de gênero e contribui com a perpetuação da ignorância e do consequente preconceito. Ademais, os veículos de comunicação pouco abordam a temática, enquanto o Estado colabora com a Lei Maria da Penha, nem sempre eficaz, e com unidades da Delegacia da Mulher, em número insuficiente.

Entende-se, diante do exposto, a real necessidade de ações governamentais que garantam que a lei puna todos os tipos de violência, além da instalação de delegacias específicas em áreas necessitadas. Cabe à sociedade, em parceria com a mídia e com as escolas, instruções sobre igualdade de gênero e campanhas de oposição à violência contra as mulheres. Essas, por fim, devem permanecer unidas, através do feminismo, em busca da garantia de seus direitos básicos e seu bem-estar social.

Comentário

A participante demonstra que tem **excelente domínio da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa** tanto pelas estruturas linguísticas construídas como pela seleção lexical e pela escolha de registro. Não há erros de convenções da escrita. Como única inadequação, aponta-se, no terceiro parágrafo, o emprego do verbo permanecer (em vez de continuar), no trecho “conforme permanece a ser reproduzida”.

A redação está estruturada em cinco parágrafos, nos quais são organizados blocos temáticos independentes, mas bem articulados entre si.

O tema proposto no enunciado da prova é bem desenvolvido pela participante, por meio de **argumentação consistente**, fundamentada em repertório sociocultural produtivo, uma vez que cita Francis Bacon, extrapola as ideias apresentadas nos textos motivadores e focaliza a natureza machista e patriarcal da sociedade brasileira. Apresenta também excelente **domínio do texto dissertativo-argumentativo**, com introdução, desenvolvimento e conclusão. O tema se desenvolve de modo fluente e articulado ao ponto de vista defendido, configurando autoria.

Em defesa de seu ponto de vista, a texto apresenta informações relacionadas ao papel da educação e dos veículos de comunicação na construção da desigualdade entre os gêneros e do preconceito contra a mulher.

A redação apresenta encadeamento entre as ideias e a participante demonstra competência em **selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos e argumentos em defesa de um ponto de vista**: o tema é desenvolvido de forma coerente, os argumentos selecionados são consistentes e a conclusão é relacionada ao ponto de vista adotado.

Além de assegurar a continuidade e a progressividade temáticas, o texto articula, sem inadequações, **repertório diversificado de recursos coesivos**, que concatenam as informações apresentadas, como “Essas” (1º parágrafo); “ainda que”, “por sua vez”, “os quais” (2º parágrafo), “se aplica perfeitamente à situação”, “o que” (3º parágrafo); “Ademais” (4º parágrafo); “diante do exposto”, “além”, “Essas” (5º parágrafo).

Ao elaborar sua **excelente proposta de intervenção, que respeita os direitos humanos**, a participante considera que são necessárias ações governamentais, como a multiplicação de delegacias especiais de atendimento à mulher, e ações da sociedade, dos meios midiáticos e do sistema educacional em campanhas de oposição à violência contra as mulheres. A proposta de intervenção relaciona-se ao tema e resulta da discussão desenvolvida no texto, além de ser abrangente, bem elaborada e bem detalhada.

Redação de **ALÍCIA CRISTINE SALOME ROZZA**

Escola privada de Jaraguá do Sul – SC

Na revolução de 1930, paulistas insatisfeitos com a falta do poder político que detinham na República do café com leite usaram a falta de uma constituição para se rebelar contra o governo Vargas. O presidente, cedendo às pressões, garantiu na nova Constituição um direito nunca antes conquistado pela mulher: o direito ao voto. A inclusão da mulher na sociedade como cidadã, porém, não foi o suficiente para deter o pensamento machista que acompanhou o Brasil por tantos séculos – fato evidenciado nos índices atuais altíssimos de violência contra a mulher.

De acordo com o Mapa da Violência de 2012, entre 1980 e 2010 houve um aumento de 230% na quantidade de mulheres vítimas de assassinato no país; além disso, 7 de cada 10 mulheres que telefonaram para o Ligue 180 afirmaram ter sido violentadas pelos companheiros. Em países como o Afeganistão, a mulher que trai o marido é enterrada até que somente a cabeça fique à mostra e, então, é apedrejada; apesar de reagirmos com horror perante tal atrocidade, um país que triplica a quantidade de mulheres mortas em 30 anos deve ser tratado com igual despeito quando se trata do assunto. Apesar de acharmos que a mentalidade do povo melhora com o passar do tempo, a mentalidade brasileira mostra crescente atraso quanto à igualdade de direitos entre os gêneros, e tal mentalidade leva a fatalidades que deveriam ser raras em pleno século XXI.

Uma pesquisa feita pela Rede Globo mostrou que, entre homens e mulheres entrevistados, mais da metade afirmou que mulheres que vestem roupas curtas merecem ser abusadas sexualmente. A violência contra a mulher começa exatamente com as regras implícitas que a sociedade impõe: se a mulher não seguir tal regra, merece ser violentada. Portanto, apesar de todos os direitos conquistados constitucionalmente pelo sexo feminino, normas culturais que passam entre gerações fazem o pensamento conservador e machista se perpetuar e ser a justificativa para as atrocidades físicas e psicológicas cometidas contra a mulher.

Muitas vezes presa a um relacionamento de muito tempo, a mulher aceita a condição à qual é submetida e se nega a procurar algum tipo de ajuda. A mudança deve acontecer de três formas: primeiramente, a mulher não pode deixar-se levar pelo pensamento machista da sociedade e deve entender que não há justificativa para a agressão; pessoas que têm conhecimento de mulheres que aceitam a violência, por sua vez, devem telefonar para o Ligue 180 com ou sem o consentimento da vítima; e, por fim, a geração atual deve preocupar-se em deixar de transmitir culturalmente a ideia de que o gênero feminino é inferior. Para que as gerações seguintes vivam em um país igualitário, a mudança começa agora.

Comentário

O texto demonstra que a participante tem **excelente domínio da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa** e de escolha de registro. Não há erros gramaticais ou de convenções da escrita, a não ser pelo uso impróprio da palavra “despeito”, no segundo parágrafo.

A participante desenvolve o tema proposto no enunciado da prova por meio de **argumentação consistente**, fundamentada em repertório sociocultural produtivo, já que cita adequadamente a instituição do voto feminino por Getúlio Vargas na década de 1930.

Apresenta também excelente **domínio do texto dissertativo-argumentativo**, com introdução, desenvolvimento e conclusão. A redação organiza-se em quatro parágrafos bem construídos e bem articulados entre si. Em seu texto, o tema é desenvolvido de modo consistente e autoral em defesa de seu ponto de vista, por meio do acesso a outras áreas do conhecimento, com progressão fluente e articulada ao ponto de vista defendido.

O ponto de vista defendido é o de que é necessário combater efetivamente o pensamento machista e conservador “que acompanhou o Brasil por tantos séculos” e que promove a perpetuação da violência contra a mulher. A redação apresenta encadeamento entre as ideias e demonstra a competência da participante em **selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos e argumentos em defesa de um ponto de vista**: o tema é desenvolvido de forma coerente, os argumentos selecionados são consistentes e a conclusão é relacionada ao ponto de vista adotado.

A participante articula bem as ideias, os argumentos, as partes do texto e apresenta, sem inadequações, **repertório diversificado de recursos coesivos**, tais como: “porém” (1º parágrafo); “De acordo com”, “além disso”, “apesar de”, “a tal” (2º parágrafo); “Portanto” (3º parágrafo); “primeiramente”, “por sua vez”, “e, por fim” (4º parágrafo).

O texto apresenta **excelente proposta de intervenção**, desdobrada em três frentes: conscientização das mulheres, que não devem “deixar-se levar pelo pensamento machista da sociedade”; denúncias pelo Ligue 180, com ou sem o consentimento da vítima, e mudança nas crenças culturais. Trata-se de redação cuja proposta de intervenção é abrangente, bem elaborada e bem detalhada, além de ser relacionada ao tema e resultar de discussão desenvolvida no texto.

Redação de **LUCAS DOMINGOS RIBEIRO**

Escola privada de Arcos – MG

"A história da humanidade é a história da luta..." das mulheres. Karl Marx, filósofo e sociólogo alemão, baseou seu pensamento na extinção gradual das classes sociais e das diferenças presentes na sociedade moderna. Analogamente, percebe-se, no âmbito das relações sociais humanas, a presença de um grupo que não foge à luta por seus direitos: a população feminina. Por viverem em um país patriarcal — herança herdada dos tempos do Império — as mulheres brasileiras permanecem à deriva da sociedade. Levando isso em consideração, recebem maus tratos e são menosprezadas por homens e chefes de famílias.

Na ótica aristotélica, a mulher é concebida como a encarnação de um homem ruim. Este fato talvez justifique o alto índice de violência contra o espírito feminino em voga no Brasil, subjugado por homens e até mesmo mulheres que desrespeitam a igualdade do gênero. Segundo o Mapa da Violência de 2012, milhares de mulheres foram assassinadas, como também muitas delas sofreram com os mais diversos tipos de agressão, incluindo agressões de caráter físico, com predominio de 51,68% dos casos.

Entretanto, existem movimentos e organizações que têm como compromisso a redução dos descasos com a figura da mulher, como a campanha contra o femicídio, que une cidadãs em prol do combate ao patriarcalismo que impera na sociedade brasileira. Infelizmente, nem toda comunidade feminina se junta e segue esses princípios. Geralmente, as mulheres aceitam a dominação e, no viés de Max Weber, só há dominação se houver aceitação.

Não se deve esquecer que as atitudes femininas são sutis, levando-as a questionarem o poderio de uma denúncia a uma delegacia de polícia mais próxima. Portanto, com o intuito de atenuar os maus tratos e a submissão da mulher na contemporaneidade, cabe ao Estado a fiscalização da Lei Maria da Penha e também a aplicação da mesma com maior rigor. Além disso, é papel da sociedade a criação de fóruns de discussão sobre os direitos da mulher, inspirados em grandes figuras adeptas à valorização feminina, como Frida Kahlo e Simone de Beauvoir. Cabe à mídia a divulgação de casos de violência doméstica, via televisão e internet, que promoverão a conscientização da sociedade a respeito do quanto a mulher tem valor.

Comentário

Pelas estruturas linguísticas, pela seleção lexical e pela escolha de registro, o participante demonstra que tem **excelente domínio da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa**. Não há erros gramaticais e o único desvio das convenções da escrita em Língua Portuguesa está na escrita incorreta de “feminicídio”, no terceiro parágrafo.

O participante desenvolve o tema proposto no enunciado da prova mediante **argumentação consistente**, baseada em repertório sociocultural produtivo, apresentando ideias e informações para além das compiladas pelos textos motivadores, haja vista a referência a Karl Marx, Aristóteles, Max Weber, Frida Kahlo e Simone de Beauvoir.

Também apresenta excelente **domínio do texto dissertativo-argumentativo**, com introdução, desenvolvimento e conclusão. A redação estrutura-se em quatro parágrafos, bem construídos e bem articulados entre si. O tema é desenvolvido de modo consistente e autoral, com progressão fluente e articulada ao ponto de vista defendido: a persistência da violência contra a mulher decorre da herança patriarcal predominante na história do Brasil.

Em defesa de seu ponto de vista, o participante apresenta informações relacionadas à situação da mulher na sociedade. A coerência no desenvolvimento do tema, o encadeamento entre as ideias, a consistência da argumentação e a conclusão, elaborada com uma proposta pertinente ao tema, indicam competência **em selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos e argumentos em defesa de um ponto de vista**.

Além da continuidade temática, o participante articula, sem inadequações, **repertório diversificado de recursos coesivos**, que concatenam os argumentos, as partes do texto e as informações apresentadas, por meio de termos como os seguintes: “Analogamente” (1º parágrafo); “Este fato”, “como também” (2º parágrafo); “Entretanto” (3º parágrafo); “Portanto”, “também”, “Além disso” (4º parágrafo).

Por meio de **excelente proposta de intervenção que respeita os direitos humanos**, o participante considera que o Estado deve aplicar e fiscalizar a Lei Maria da Penha, punindo com rigor e efetividade os agressores; a sociedade deve criar fóruns de discussão sobre os direitos das mulheres, e os meios midiáticos devem contribuir para a conscientização da sociedade.



LEIA MAIS, SEJA MAIS!

Crie seu Clube de Leitura.

O Clube de Leitura é formado por um grupo de pessoas que amam a leitura e se reúnem, geralmente uma vez por mês, para comentar um mesmo livro lido por todos. É uma ótima oportunidade de conviver e de compartilhar emoções e interpretações proporcionadas pela leitura.

1. O primeiro passo é convidar amigos que tenham interesse em leitura.
2. Na primeira reunião, combinem o funcionamento do Clube, decidindo o dia e o lugar em que, mensalmente, ocorrerá o encontro. Cada reunião poderá ocorrer na casa de um componente diferente do grupo, ou sempre em um mesmo bar, café/livraria, restaurante, confeitaria, clube, por exemplo. Se a reunião acontecer na casa dos participantes, o dono da casa oferecerá café, água, suco, frutas ou biscoitos.
3. Elejam um coordenador, que anotará os nomes, endereços, e-mails e criará um grupo virtual para encaminhar mensagens confirmando reuniões, preços dos livros, *links* sobre o livro que está sendo lido etc.
4. Escolham por votação simples qual será o livro a ser lido no mês seguinte.
5. O coordenador encomenda em consignação (para pagar depois de vendidos), na distribuidora da editora do livro, os exemplares para todos. Esses livros serão vendidos na reunião seguinte à escolha.

- 6.** Durante a reunião, além do livro a ser encomendado para o mês seguinte, é decidido o lugar da próxima reunião e assina-se uma lista de presença. O coordenador passa a palavra a quem se inscrever para comentar o livro lido, e a conversa se desenvolve naturalmente.
- 7.** Pode-se, eventualmente, convidar um especialista para fazer uma apresentação e coordenar os debates.



(cc) BY-NC

VENDA PROIBIDA